

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA ATA N.º 17 DE 26/02/2024

No dia 26 de fevereiro de 2024 reuniu, pelas 20:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

### **Período Antes da Ordem do dia**

1. Informações gerais e expediente.
2. Votação da ata da reunião ordinária de 18 de dezembro de 2023.
3. Assuntos gerais de interesse municipal.
4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

### **Período de Intervenção do Público**

5. Intervenção do Público.

### **Período da Ordem do dia**

6. Dirigentes intermédios de 2.º e 3.º grau – Abertura de procedimentos concursais/designação do Júri de recrutamento – Apreciação e deliberação.
7. Proposta de Alteração dos Limites Administrativos entre as Freguesias do Concelho – Apreciação e deliberação.
8. Informação para apreciação e conhecimento da AM:
  - 8.1. Compromissos Plurianuais – 4.º Trimestre de 2023.
  - 8.2. Declaração de compromissos plurianuais a 31.12.2023.
  - 8.3. Declaração de recebimentos em atraso a 31.12.2023.
  - 8.4. Declaração de pagamentos em atraso a 21.12.2023.
  - 8.5. Relatório de Atividades da CPCJ de Castelo de Paiva – 2023.
  - 8.6. Relatório de conclusões dos procedimentos de auditoria aos exercícios de 2017 a 2021 – Município de Castelo de Paiva.

### **Intervenção do Público**

13. Intervenção do Público.

### **Mesa:**



Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira  
Primeiro-Secretário: Pedro Maldonado Martins de Carvalho  
Segunda-Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

**Deputados Eleitos presentes na sessão:**

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPSD);
- Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus (GMPS);
- Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPSD);
- Manuel António da Rocha Pereira (GMPS);
- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMMPM);
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPSD);
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPS);
- Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPSD);
- Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);
- António Luis da Costa Esteves (GMPSD);
- Rodrigo António Joaquina Pereira, em substituição de Silvia Raquel Amaral da Cruz (GMMPM);
- António da Silva Pinto (GMPS);
- Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPSD);
- Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);
- Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);
- Manuel José Soares Marçal e João Manuel Ferreira da Silva (GMPSD);
- João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);
- Ângelo Soares Fernandes (GMPS);
- José Carlos Vieira Tavares, em substituição de Inês Duarte da Silva Martins (GMPSD);
- José Vieira Gonçalves (GMPS).

**Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:**

- António da Costa e Cunha (GMPSD);
- Joaquim Luiz Vieira Martins (GMPS);
- Ricardo Jorge Mendes Cardoso (GMPS);

- Francisco Manuel Fernandes Silva (GMPSD);
- Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPSD);
- Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMMP).

**Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:**

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

Vereadores: José António dos Santos Vilela, Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, António dos Santos Rodrigues, Vitor Manuel Quintas Pinho e Ricardo Jorge Martins Alves.

Verificada a existencia de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 20:05 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- Sílvia Raquel Amaral da Cruz, eleita pelo MPM, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituída pelo deputado Rodrigo António Joaquina Pereira, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.
- Inês Duarte da Silva Martins, eleita pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituída pelo deputado José Carlos Vieira Tavares, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.

---

**O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para dizer que na reunião da Conferência de Líderes de preparação da presente AM foi deliberado alargar de 60 para 75 minutos o período de antes da ordem do dia da sessão de hoje, tendo questionado se alguém se opunha (ninguém se opôs).

Deu nota de uma alteração à ordem de trabalhos também deliberada na referida reunião da Conferência de Líderes. Disse que é alterada a ordenação do ponto 8 do período da ordem do dia - Informação para apreciação e conhecimento da AM: o ponto 8.6 - Relatório de conclusões



dos procedimentos de auditoria aos exercícios de 2017 a 2021 - passa para o ponto 8.1 e consequente renumeração de todos os outros, tendo questionado se alguém se opunha (ninguém se opôs).

Informou que a presente sessão está a ser transmitida online e a ser gravada, pelo que se algum membro do público quiser participar no período destinado à intervenção do público terá que previamente assinar uma declaração a dizer que aceita que a sua imagem seja transmitida e, sendo assim, ela é transmitida, ou que não aceita, e sempre que o fizer a imagem será cortada durante a sua intervenção.

### **Período Antes da Ordem do dia**

#### ***1. Informações gerais e expediente.***

A AM tomou conhecimento.

#### ***2. Votação da ata da reunião ordinária de 18 de dezembro de 2023.***

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade pelos membros presentes na referida sessão.

#### ***3. Assuntos gerais de interesse municipal.***

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dar os parabéns à Câmara Municipal por ter reforçado a frota automóvel da USF Paiva Douro, da “UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade” e da USCP de Oliveira do Arda, com uma viatura elétrica, representando um investimento de 22.000,00€ que permitirá aos profissionais de saúde a realização das suas deslocações para prestarem os cuidados de saúde primários no domicílio aos munícipes.

Deu nota que no passado fim-de-semana, no Pavilhão Municipal dos Desportos, o concelho recebeu mais de 20 equipas oriundas do Distrito de Aveiro e mais de 318 atletas, numa iniciativa promovida pela Associação de Patinagem de Aveiro e com estreita colaboração da secção de patinagem do Hóquei Clube Paivense. Disse que a par das equipas e dos atletas, centenas de pessoas passaram pelo pavilhão no sábado e no domingo; as condições do pavilhão estão no limite, chove já perto da bancada perto do bar, as infiltrações estão à vista em todas as paredes e salas daquele

equipamento inaugurado em abril de 1993 pelo então Presidente da República, Dr. Mário Soares.

Referiu que sabe que o atual executivo está a trabalhar num projeto de remodelação e beneficiação deste pavilhão, mas urge tomar algumas providências face às infiltrações de água que não se compadecem com o espaço temporal entre a conclusão do projeto, abertura de concurso, e a realização da empreitada. Disse que não gostava que acontecesse ao pavilhão municipal o que aconteceu há uns meses na piscina municipal: as condições do pavilhão são deploráveis.

Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse algo com o apoio dos funcionários municipais, no sentido que pelo menos não chovesse na bancada e na zona do bar houvesse uma pintura para minimizar a degradação que se verifica neste momento.

Deu nota que numa consulta que fez à “Base.Gov” consta lá um contrato celebrado com a “Norsalva” em 21 de setembro de 2023, por um período de 343 dias, no valor de 33.528,82€. Disse que o contrato tinha como objetivo a aquisição de serviços de Nadador-Salvador para serem realizados entre 2 de outubro de 2023 e término a 8 de setembro de 2024; que considerando que a piscina encerrou talvez em junho ou próximo desta data, e ainda hoje assim está, questionava o que é que levou o Município a celebrar esse contrato quando era previsível que a piscina não iria abrir, e como é vai ficar no final desse contrato.

Referindo-se ao edifício “Marmoiral”, disse que a 17 de outubro de 2023 o Sr. Presidente da Câmara mandou instaurar um processo de contraordenação ao promotor do prédio por este ter realizado obras de abertura de dois vãos na Fração II, que na propriedade horizontal estaria destinada a uma arrecadação, situada no Piso -3 do edifício “SOBRADO URB” (antigo edifício Marmoiral); que já antes, em agosto de 2023, o promotor foi notificado pela Câmara Municipal para selar os dois vãos que foram abertos, e de uma proposta de contraordenação pela realização de obras sem licença; que a 25 de agosto de 2023 um dos vãos foi encerrado,



faltando encerrar o segundo vão; que recentemente os serviços municipais meteram um contador da água junto à loja, diga-se vão, que foi encerrado, tendo questionado a que é que se deve essa situação.

Realçou que existindo um processo de contraordenação pela abertura de uma loja com dois vãos, questionava por que razão um desses vãos se mantém aberto, apesar da ordem de encerramento existir há mais de 7 meses.

Salientou que ainda não se verificou a alteração da propriedade horizontal do prédio, que mantém terreno público, uma parte de um dos arruamentos do largo Professor Joaquim Quintas e 12 dos estacionamentos ali existentes, como se pertencente ao terreno onde está construído o prédio denominado “Marmoiral”.

Deu nota que no dia 31 de janeiro deste ano o executivo municipal reuniu com um dos usufrutuários da Casa e Quinta da Boavista, Dr. Bernardo Alegria, e terão chegado a bom porto, as negociações sobre o Memorando de Entendimento, e nesse mesmo dia o Sr. Presidente da Câmara comunicou à AM essa reunião e o seu resultado. Disse que tem conhecimento que já está na posse do Sr. Presidente da Câmara a versão final resultante desse entendimento.

Informou também que a 31 de janeiro, por email, comunicou-lhes que, e citou: "... previamente ao seu envio ao órgão executivo para apreciação e deliberação, o documento será remetido aos membros dessa comissão". Questionou porque é que esse Memorando de Entendimento ainda não lhes foi enviado.

Referindo-se à Variante à EN 222, disse que o Sr. Presidente da Câmara falou na sessão da AM de dezembro último, que o parecer da "APA – Agência Portuguesa do Ambiente" poderia chegar no final do primeiro trimestre de 2024, pelo que gostava de saber se há alguma novidade sobre esta matéria.

Relativamente ao IC35, ligação de Entre-os-Rios a Penafiel, referiu que o Sr. Presidente da Câmara disse que o projeto ia ser reformulado devido à

proximidade de muitas pedreiras no atual projeto, pelo que questionava se isso vai obrigar a um novo concurso para um novo projeto, ou não.

Referindo-se a uma intervenção efetuada na última sessão da AM por um dos seus membros relativamente à iluminação existente na Ponte de Entre-os-Rios, relembrava que em relação à luz ali existente, foi na altura da sua construção acordado que a mesma seria paga a meias pelos municípios de Penafiel e de Castelo de Paiva, daí que a manter-se esta situação, a substituição das lâmpadas que não estão a funcionar poderá ser mais fácil.

Em relação ao percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro” e a expropriação que tantas vezes já foi falada neste e noutras fóruns, disse que ficou confuso há tempos quando na rádio Paivense ouviu uma explicação do Sr. Presidente da Câmara numa reunião de Câmara, pelo que questionava se houve acordo, ou não, com o proprietário do terreno em questão, e o que poderá estar a impedir a concretização deste projeto.

**O deputado Rodrigo Pereira (GMMMP)** usou da palavra para dizer que a gravação da última sessão da AM deixou de estar disponível passados dois dias, tendo sido questionado sobre essa situação. Questionou o Sr. Presidente da AM se de facto a gravação fica disponível só durante dois dias.

Referindo-se à aquisição de terrenos para os passadiços do Douro, informou que esteve no local e é muito difícil chegar-se a uma conclusão no tocante à aquisição de terrenos. Disse que se vão dar um valor de 50.000,00€ por uma área tão pequena, parece-lhe que vão estar a disponibilizar dinheiro por um terreno que não sabe se é uma mais-valia, ou não, para o concelho.

Deu conhecimento ao Sr. Presidente da AM que têm sido levantados autos porque há pessoas que se dizem proprietários desses terrenos junto ao rio Paiva e Douro e vendem a madeira, pelo que queria saber relativamente à área do chamado leito de cheia quantos metros pertencem ao erário público, porque podem estar a pagar a proprietários que se arvoram como



tal e de facto não serem proprietários desses terrenos. Referiu que acha que relativamente ao rio Douro são 50 metros e no rio Paiva são 10 metros.

**A deputada Fátima Strecht (GMPS)** usou da palavra para se referir ao estacionamento no largo do Conde, tal como já o fez anteriormente, uma vez que a situação se mantém, ou seja, há pessoas que vão de autocarro para o Porto e deixam o automóvel estacionado todo o dia; outras pessoas que têm o seu local de trabalho no largo do Conde só não levam o carro pelas escadas acima porque não conseguem, também deixam o carro estacionado todo o dia. Disse que não discorda, e pensa que ninguém discordará, quando o Sr. Presidente da Câmara falou, e muito bem, em se salvaguardar os interesses dos nossos comerciantes permitindo o estacionamento por 5 ou 10 minutos para que as pessoas façam as suas compras, mas não concorda com o estacionamento durante todo o dia, porque perde-se o efeito defendido pelo Sr. Presidente da Câmara dado que pura e simplesmente não se pode estacionar.

Recordava que o Sr. Presidente da Câmara disse que já tinha auscultado empresas sobre os preços para a aquisição dos parquímetros e que esses custos são elevados, pelo que se calhar ficava mais barata a colocação, por exemplo, de sinalização vertical a permitir o estacionamento por um período de 15 a 20 minutos. Solicitou um ponto de situação relativo a este assunto.

**O deputado Carlos Trindade (GMPSD)** usou da palavra para dizer que “a montanha pariu um rato”; aqueles, ou aquele, que em tempos vieram à AM com afinco questionar o desempenho do Sr. Vice-Presidente da Câmara enquanto Presidente de Junta; aqueles, ou aquele, que participou criminalmente contra o Sr. Presidente da AM, a forma como o fazem não é política, tudo lhe serve de arma de arremesso ou para tentar minar, tentar fazer com que não se consiga sequer trabalhar.

Relativamente a uma participação criminal dizendo que o Sr. Presidente da AM abusa do poder, disse que o GMPSD tem plena confiança nele, que reconhecem que o Sr. Presidente da AM tudo faz para o bom

funcionamento da AM. Disse que o Sr. Presidente da AM, numa atitude de humildade que o caracteriza, não referiu que chegou correspondência à Câmara Municipal relativa ao despacho de arquivamento; que, lamentavelmente, os líderes dos GM foram ouvidos (foi um dos visados) sobre a famigerada reunião extraordinária para discussão do Plano Anual de Recrutamento e Mapa de Pessoa, tendo lamentado que tenham despendido do seu precioso tempo. Salientou que a justiça existe, para muitos pode eventualmente ter as suas delongas, dai que a Sra. Procuradora da República de Santa Maria da Feira não teve dúvidas em concluir que não há indícios de que o Sr. Presidente da AM, ou quem quer que seja, tenha cometido qualquer tipo de crime, tenha infringido sequer a lei.

Reiterou que isso não é forma de se fazer política; que aquele que com afinco veio falar do elefante deveria ter a mesma hombridade de pedir desculpa ao Sr. Vice-Presidente da Câmara e, se calhar, também ao Sr. Presidente da AM. Louvou a aposta que o executivo fez, e está a fazer, ao nível da saúde com a atribuição de uma viatura à USF de Castelo de Paiva.

**O deputado João Vieira (GMMPM)** usou da palavra para dar nota do que considera ser o estado de abandono das entradas principais da vila de Sobrado, nomeadamente a entrada junto à “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico e Cultural de Castelo de Paiva”.

Manifestou a sua preocupação em relação à Casa da Boavista. Disse que se fala que a tão esperada Casa-Museu da Boavista pode não se concretizar; que como membro do GT do testamento do Conde, considera que enquanto grupo têm toda a legitimidade para se pronunciarem sobre esse assunto, parecendo-lhe que foi passado um atestado de incompetência ao grupo que foi empossado pela AM.

Defendeu dizer que já não existe espólio para a concretização da Casa-Museu não corresponde à verdade, porque ainda existe material para o museu que talvez não tenha espaço para ser acomodado; que tal como referiu o Sr. Presidente da Câmara, até um simples copo usado pelo Conde seria suficiente para a realização do museu. Reconheceu que se perdeu



parte do espólio (não ia dizer que foi roubado, não lhe compete), mas é necessário que haja vontade por parte do executivo para que a vontade do Conde de Castelo de Paiva seja respeitada; que em último caso o espelho fotográfico que existe seria o suficiente para que fosse lá colocado, e para os Paivense verem o que realmente era a casa da Boavista e parte do seu espólio; se porventura algum projeto que exista para o solar da casa da Boavista em que o museu seja o embaraço, não faltarão soluções para que o citado museu seja uma realidade.

Lembrava que dentro da área da casa da Boavista existem casas um bocadinho afastadas, mas dentro daquela área, que poderão albergar o desejado museu do povo de Castelo de Paiva.

Salientou que cabe aos Paivenses respeitar a vontade do homem que “em cinco anos” fez mais pelo concelho que todos os executivos juntos.

**A deputada Giselda Neves (GMPS)** usou da palavra para dizer que na sessão de dezembro fez uma questão ao Sr. Presidente da Câmara relativa ao ponto da situação da Carta Educativa, tendo obtido a resposta de que tinha sido enviada para a “DGESTE” para a emissão de um parecer. Perguntou se já há esse parecer, uma vez que já passaram dois meses após essa resposta; que o Sr. Presidente da Câmara também disse que a “DGESTE” tem colocado algumas questões ao Município, tendo questionado o que é que está a inviabilizar a emissão desse parecer: se tem a ver com essas dúvidas; se as dúvidas se relacionam, ou não, com a não concordância em relação às soluções que existem para a Carta Educativa; se são necessárias mais algumas achegas.

Deu nota que a empresa que elaborou a Carta Educativa tinha um prazo a cumprir, tendo questionado se tinha prazo a cumprir apenas para a apresentação da proposta de Carta Educativa; se isso estava relacionado com aprovação do documento.

Referiu que não ia voltar a perguntar sobre a reestruturação da escola EB2/3, sendo que há algumas questões que podem colocar em causa a segurança das crianças: quando o deputado Carlos Trindade (GMPSD) lhes



Fls. 397

fez passar um registo fotográfico, porque não considera que o documento seja um estudo exaustivo das obras necessárias para a piscina municipal, se calhar também podiam fazer um registo fotográfico do muito que era necessário para acautelar algumas questões na EB2/3, dado que as duas coisas estão relacionadas, uma vez que ao longo dos tempos os ativos e as infraestruturas vão funcionando porque tem que ser feita a manutenção. Lembrava-se quando há 2, 3 ou 4 anos, às vezes se fechava a piscina municipal por 1 dia ou 2 e quase “caía o Carmo e a Trindade”, sendo que agora, este equipamento, que é bastante importante para os nossos jovens, já está encerrado há demasiados meses, tendo questionado se é devido a falta de segurança (considera que sim porque senão não havia justificação para isso), mas a EB2/3, se calhar, também tem falta de segurança, há muitos problemas que lá vão ocorrendo, nomeadamente questões que têm a ver com a parte elétrica, o que significa que tem que haver manutenção. Disse que não sabe se o que se passa na piscina municipal inviabiliza de tal forma que não se possa usar de todo este equipamento, porque é dos equipamentos mais interessantes para as nossas crianças que permitia a aprendizagem numa área interessante do ponto de vista físico.

Salientou que pensava que a seguir ao registo fotográfico que o deputado Carlos Trindade (GMPSD) lhes facultou viria um relatório do que é que estava mal, do que é que era necessário fazer, um orçamento, etc., para terem acesso a essa parte importante.

Deu nota que já falaram há bastantes meses na AM do regulamento para o projeto “Jovem Autarca” mas nunca mais ouviram falar dele, pelo que gostariam de saber em que ponto é que está esse projeto que considera muito importante mas que não pode ficar no papel, tem que avançar.

Relativamente ao estacionamento no largo do Conde, referiu que há cidades muito importantes que têm um perímetro no qual não há estacionamento e não é por isso que ficam desertas. Disse que tem a certeza que não é por 6, 7 ou 8 estacionamentos que o largo da Vila fica deserto; falta dinâmica, falta alguma coisa na Vila porque toda a gente assegura que



está morta (por volta das 22 horas não há ninguém); perceber que não são seis estacionamentos que trazem algum benefício ao comércio local, sendo da opinião que nem devia haver circulação no largo do Conde como forma de promover mais segurança e evitar que as pedras da calçada se partissem.

**A deputada Vanessa Pereira (GMPSD)** usou da palavra para se referir ao processo que foi movido contra o Sr. Vice-Presidente da Câmara, José António Vilela. Lembrava que disse na anterior AM que louvava a coragem do Sr. Vice-Presidente da Câmara, que apesar das acusações vis que lhe foram feitas, de “elefantes da sala”, que ia ser julgado por três juízes e que isso era uma coisa muito grave, mas a verdade é que o Sr. Vice-Presidente da Câmara teve sempre a imagem daquilo que é, ou seja, uma pessoa séria, honesta e foi absolvido por esses três juízes, o que era uma coisa muito complicada. Disse que ficaram a saber que a sua inocência era de tal forma clara que o Ministério Público não recorreu da sentença e por isso transitou em julgado; que ao contrário de outros, não teve medo de provar a sua inocência e de credibilizar a imagem daqueles que ocupam cargos públicos no Município.

Deu nota que informou na última AM que o “Conselho da Comunidade do Vale do Sousa” tinha terminado porque os Agrupamentos de Centros de Saúde foram extintos e transformado sem “Unidades Locais de Saúde”, pelo que gostava de dar mais alguma informação, mas ainda não tem nenhuma informação nova para dar, isto é, se o Conselho da Comunidade vai continuar a existir e possam todos expressar os problemas da saúde que os preocupam. Disse que não tiveram nenhum tipo de contato, e por isso não conseguiram dar no local certo os seus imputs sobre os problemas da saúde que todos sabem que existem, especialmente no concelho de Castelo de Paiva, e que se prendem com terem novamente um serviço de urgência básica de 24 horas que possa servir os interesses dos Paivenses.

Deu os parabéns à Câmara Municipal, à Biblioteca Municipal e à “ELI – Equipa Local de Intervenção” pela criação do “Cantinho das Letras” na

USF de Castelo de Paiva para promover hábitos de leitura nas crianças e nos pais que vão àquele estabelecimento de saúde.

Referiu que a preocupação com os equipamentos municipais é de todos. Disse que já falaram muitas vezes sobre a piscina municipal, o pavilhão dos desportos, mas também tem de se falar do pavilhão da Raiva que também tem problemas, chove lá dentro, tal como acontece noutras equipamentos.

Concordou com o que disse a deputada Giselda Neves (GMPS), isto é, os equipamentos estão assim muito por falta de manutenção ao longo desta década o que, provavelmente, levará a que os custos das obras se cifrem não em milhares, mas em milhões.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPM)** usou da palavra para dar nota que na última Assembleia Intermunicipal da “CIM-TS” que se realizou no dia 20 de dezembro de 2023, mais uma vez os elementos da AM de Castelo de Paiva fizeram as suas intervenções: o Sr. Presidente da AM abordou a questão dos transportes, fez uma boa explanação acerca da oferta de transportes, e ele próprio fez um agradecimento à “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” pelo desenvolvimento do programa “Aldear” na aldeia do Gilde, freguesia de Real, com a colaboração da Câmara Municipal, a quem também agradeceu.

Referindo-se ao percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”, disse que na reunião de Câmara do dia 22 de dezembro de 2023 houve uma proposta que foi aprovada com os votos a favor do executivo em permanência e do Vereador do MPM, e com as abstenções, salvo erro, do PS e do UCPT. Disse que a Câmara Municipal não está a ter uma visão correta do assunto, nem a fazer uma gestão correta dos meios financeiros. Deu o exemplo de um caso que também foi resolvido em reunião de Câmara, que foi uma indemnização dada a um Paivense da área da construção civil, em que se exigia uma indemnização de muitos milhares de euros. Referiu que se chegou a um entendimento no sentido de que seria preferível a Câmara Municipal abortar o processo logo no início e dar uma indemnização de 170.000,00€.



Defendeu que se está a passar o mesmo com os terrenos do percurso pedestre: o primeiro laudo da peritagem fixou o valor de 161.221,74€; após o recurso para tribunal os peritos nomeados fixaram a indemnização em 70.000,00€; com as negociações efetuadas com o proprietário do terreno conseguiu-se chegar a um entendimento e aquele aceita uma indemnização de 50.000,00€, ou seja, uma indemnização por cerca de 4.000 metros quadrados para continuar a fazer o percurso; que numa zona em que, como o Sr. Presidente da Câmara disse muitas vezes, nem um poste se pode pôr, em que nada se pode fazer, estar a pagar terreno a cerca de 12,50€/m<sup>2</sup>, como bem disse o Vereador António Rodrigues na reunião de Câmara, é abrir um precedente para que se fosse necessário, e terá que ser, para a conclusão do percurso, poderem ter de negociar com muitos proprietários. Disse que isso vai importar numa quantia que só para a aquisição dos terrenos, não para criar a estrutura, de milhares e milhares de euros. Deu nota que fez uma visita ao local com o deputado Rodrigo Pereira (GMMMP) e notou que não há visitantes, pelo que não sabe se seria melhor a Câmara Municipal equacionar o projeto, se vale a pena continuar ou se será mais prudente desistir dele.

Referiu que a questão do estacionamento no largo do Conde também o preocupa, dá uma má imagem, mas preocupa-o mais a confusão que há entre o trânsito que passa e os peões que circulam.

**O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso (GMPS)**, usou da palavra para questionar para quando as obras no centro de Santa Maria de Sardoura. Disse que estão a falar de um terreno cuja posse administrativa por parte do Município ocorreu no dia 11 de novembro de 2022, e que desde então têm vindo a dizer que será feita a obra, que o projeto está a ser remodelado, no entanto, as informações que tem até agora é que nada foi feito, e como tal, está a ser condicionado o desenvolvimento e as festividades da freguesia; que a Comissão de Festas também está preocupada porque pretende fazer uma festa com muita envolvência e necessita de espaço; que todos os fins-de-semana o parque de

estacionamento torna-se curto, pelo que necessitam cada vez mais da melhoria daquele local; que após o despacho de adjudicação têm 2 anos para executar a obra, estando sujeitos a que exista a reversão do terreno para a anterior proprietária.

Deu nota que a EN 222-1 entre a Cruz na Carreira e Greire está em péssimo estado em alguns locais, tendo já sugerido na AM que fossem feitas intervenções pontuais nessa estrada municipal para tentarem aguentar sem fazer uma grande intervenção de milhões nos próximos anos. Questionou quando é que está prevista essa intervenção e de que forma é que o Município a pretende fazer.

Referiu que conforme foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara em dezembro de 2021 aquando da recolha dos contributos para o Orçamento, iriam ser feitas cerca de três pavimentações por ano na freguesia de Santa Maria de Sardoura, sendo que já passaram mais de dois anos e foram feitas duas pavimentações. Disse que sabe que estão algumas em concurso, já foram adjudicadas pelo menos duas ou três, tendo questionado para quando ficam as outras pavimentações que lhe foram prometidas.

Deu também nota do muro de Carcavelos, mais concretamente entre a Rua de Carcavelos e a Arruela. Referiu que informou o Município dessa necessidade há mais de um ano e continua a aguardar; sabe que está a ser feito o projeto, no entanto, questionou o Engenheiro do Município que lhe respondeu que o projeto de um muro pode demorar um dia, tendo questionado para quando é que está previsto fazer essa intervenção.

Informou de outra situação urgente no loteamento da Devesa sobre a qual já alertou o Município em 8 de novembro de 2023. Disse que existe uma vala com dois metros de largura e mais de um metro de profundidade no meio de um caminho em direção ao antigo parque. Referiu que o Sr. Vice-Presidente da Câmara já foi avaliar no local há alguns meses atrás e disse-lhe que interviriam quando estivesse bom tempo, sendo que de novembro até hoje já tiveram bom tempo.

Referiu que deixava uma sugestão em relação à reparação das águas: abrem-se as valas, mas é preciso que alguém as feche. Disse que a Junta de Freguesia em nada se opõe e contribui com funcionários para a reposição da situação, principalmente na colocação de tapete frio, mas ninguém repõe os paralelos, designadamente na Rua de Valsites, na rua de Penas, em Oliveira Reguengo, junto a uma propriedade privada (já passou mais de um ano e meio sem que alguém fosse repor os paralelos); que sabe que existe uma empresa contratada pela Câmara Municipal para fazer essa reposição, mas alguma coisa não está certa porque passa-se o tempo e ninguém o faz. Questionou quando é que estão previstas as obras na escola de Pereira, principalmente a questão do muro e do telhado.

Deu nota que o saldo do resumo de tesouraria é de 4.900.000,00€, é um número muito interessante, tendo sugerido que o executivo comece a executar algumas empreitadas, pelo menos em Santa Maria de Sardoura.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** usou da palavra para dizer que aquando das últimas eleições autárquicas o PSD apresentou na sua revista um conjunto de promessas aos Paivenses. Disse que era intenção do PSD promover a criação do Provedor do Município de modo a garantir a defesa e a aplicação dos direitos, liberdades, garantias e legítimos interesses de todos os Paivenses; que passados dois anos e quatro ou cinco meses, questionava se já foi criado esse cargo, quais são as suas funções, quem é a pessoa que o exerce, ou se estarão em presença de uma promessa eleitoral que a exemplo de muitas outras será para pôr na gaveta.

Deu nota que há em Castelo de Paiva um défice de informação extraordinário; que saiba, existe apenas um órgão de comunicação social em plena atividade, que é a rádio. Perguntou se existe algum protocolo, ou protocolos, entre o Município e a Cooperativa da rádio, e se através do Sr. Presidente da AM será possível que lhe sejam facultadas as fotocópias desses protocolos. Referiu que recentemente foi suscitada uma questão relacionada com a renovação de alvarás, licenças, e foi solicitada ajuda, tendo questionado o Sr. Presidente da Câmara se o Município ajudou,

como, em que circunstâncias. Salientou que se esquecem que sem uma comunicação social ativa, com verdadeira liberdade de expressão, somos uma sociedade que será desinformada; que é evidente que às vezes interessa muito que esses órgãos de comunicação social sejam silenciados ou condicionados, questionando se será que com isso se pretende que a rádio se transforme numa identidade de discos pedidos; aquilo que é realidade de cada dia, da nossa comunidade, dos nossos poderes autárquicos, aquilo que se decide, o informar da população; que há uma coisa importante: alguma vez, alguma entidade que se sentiu lesada por trato jornalístico reagiu no seu direito perante a rádio; se fez, questionou se houve alguma vez recusa por parte da rádio em corrigir, retificar esse pedido desse alegado visado. Realçou que podem não gostar da forma como a notícia é dada, mas têm que respeitar, e face ao que é a realidade sabida e consabida dos nossos vizinhos de Cinfães e Arouca, que até não dispensam aos órgãos autárquicos desses dois concelhos o mesmo tempo de antena que a rádio Paivense dispensa, questionou se são, ou não são, com participados; são, ou não são, ajudados; se já alguma vez foi feito esse estudo comparativo. Referiu que gostaria de saber a opinião do Sr. Presidente da Câmara sobre as questões que colocou, algo que é de suma importância para a liberdade: 50 anos depois do 25 de abril ninguém pode estar a condicionar, nem deve; têm de ajudar os órgãos de comunicação social.

Deu nota que faz parte de um grupo de trabalho de acompanhamento do testamento do Conde que é coordenado pelo Sr. Presidente da AM. Disse que esse grupo reuniu uma vez aquando da tomada de posse e a segunda vez foi quando o deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) requereu uma reunião extraordinária, tendo questionado quantas vezes, fora disso, é que o Coordenador convocou o grupo; o que é uma comissão de acompanhamento; se o Coordenador não sabe que foram feitas reuniões entre a Câmara Municipal e terceiros; se foram convocados para acompanhar; para que é que existe a comissão de acompanhamento; se o



Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da AM estão a pensar que daqui a “x” tempo apresentam à AM uma versão final do documento pensando que vão “assinar de cruz”, que não contem com ele para isso; que um grupo é criado para acompanhar, e quando o Presidente do órgão não o convoca, para quê ...

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que existem alguns contratos que são a ser feitos com a empresa “Moléculas ao Rubro” para prestação de serviços relativos a programas culturais. Disse que a empresa esteve envolvida na organização da Bienal da Cultura, tendo faturado cerca de 41.000,00€ mais IVA para a prestação deste tipo de serviços, e que há rumores que estará, possivelmente, para programar a Feira do Vinho Verde e o S. João, especulando-se que o Tony Carreira e o Toy poderão ser os cabeças de cartaz em cada um desses eventos. Questionou do fundamento dessa especulação e se os serviços municipais não terão capacidade de organizar esses eventos. Defendeu que um montante de 41.000,00€ mais IVA daria para fazer muitas outras coisas.

Deu nota da necessidade de manutenção de equipamentos, tendo reparado que há um paralelismo entre o Fundo de Caixa do Município e a necessidade de intervenções, ou seja, à medida que o dinheiro em caixa vai subindo a necessidade de intervir em equipamentos também vai subindo, pelo que gostariam de ir no sentido contrário, isto é, de ver as necessidades de intervenção nos equipamentos diminuir e a gestão financeira do Município a funcionar de forma mais eficaz. Referiu que gostariam também de perceber qual seria a posição do partido do poder quando estava na oposição se a piscina municipal estivesse fechada há tanto tempo.

Questionou que perspetiva é que o Sr. Presidente da AM tem para as celebrações do 50.º aniversário da revolução do 25 de Abril.

Deu nota que reparou num paralelismo em algumas intervenções relativas a alguns acontecimentos que vão acontecendo em Lisboa entre o Dr. Carlos Moedas e o Sr. Presidente da Câmara, no sentido de puxar a obra feita muitas vezes herdada do mandato anterior. Disse que é normal o Município

dar continuidade à obra feita, mas gostava de ver o mesmo paralelismo na “ELH - Estratégia Local da Habitação”, em que Lisboa já entregou várias habitações, e em Castelo de Paiva, que tenha conhecimento, nem um único saco de cimento foi gasto.

Referiu que foi indiretamente visado em duas situações: uma que diz respeito ao caso extinto do Sr. Vice-Presidente da Câmara, e outra de uma participação que, em nome do GMPS, fez ao Ministério Público sobre aquilo que, no seu entender, seria uma irregularidade de procedimentos por parte do Sr. Presidente da AM. Disse que mantém a sua convicção, e que fica surpreendido porque a morada que deu de todos os envolvidos foi a da Câmara Municipal, e para fazer o seu depoimento no Ministério Público recebeu uma carta na Câmara Municipal, sendo certo, que pelos vistos, uma testemunha terá sido notificada, ou terá tido conhecimento do resultado final dessa investigação, e o denunciante, até agora, ainda não teve qualquer contato, qualquer tipo de informação por parte do Ministério Público. Referiu que não quer acreditar que essa correspondência tenha ficado perdida nalguma gaveta, em algum vão de escada. Realçou que uma coisa que o caracteriza é a frontalidade, não faz denúncias anónimas, não faz a entrega de panfletos pela noite dentro.

Salientou que relativamente ao caso do Sr. José António Vilela, por quem tem estima pessoal, não percebe qual é o motivo do festejo, tendo questionado se não é verdade que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, na altura Presidente de Junta, cometeu erros de contratação pública (disse que é verdade); se é, ou não, verdade que quando foi alertado pelos erros que estava a cometer perguntou à “CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte” se o procedimento que estava a adotar era correto (disse que é verdade), e que a resposta que teve foi que estava a agir mal e que devia corrigir, mas manteve o erro; se é, ou não, verdade que durante o julgamento o Sr. Vice-Presidente da Câmara disse que enquanto Presidente de Junta, e até à data das declarações, enquanto Vice-Presidente da Câmara, não percebia nada de contratação (disse que é



verdade), pelo que questionou se tem de pedir desculpas pelo facto do Sr. Vice-Presidente da Câmara não saber exercer as suas funções. Disse que o GMPSD se devia preocupar em olhar mais para o lado para perceber de onde é que veio a denúncia anónima.

**O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para responder a algumas questões que foram colocadas diretamente à Mesa.

Referindo-se à questão colocada pelo deputado Rodrigo Pereira (GMMPPM) sobre o levantamento de autos e sobre áreas de leitos de cheia, respondeu que não tem informação, nem conhecimentos sobre o tema, mas se o Sr. Presidente da Câmara não responder hoje poderá ele próprio depois solicita-lo.

Referindo-se à questão que o deputado Rocha Pereira (GMPS) colocou relativamente à comissão de acompanhamento do testamento do Conde, respondeu que lamentava informar a AM, e em concreto os membros da comissão, mas no seu entendimento a comissão é mesmo isso, de acompanhamento. Referiu que discordava do deputado João Vieira (GMMPPM) ao dizer que a comissão foi desautorizada, uma vez que no seu entendimento a comissão está a ter êxito, porque fez recomendações à Câmara Municipal e esta, em conjunto com todas as forças partidárias, com todos os vereadores de todos os partidos e movimentos que têm representação quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, estão a participar no memorando executivo: era isso que queriam e recomendaram à Câmara Municipal, que agisse e que tomasse alguma providência.

Confirmou que tirando a reunião que foi feita a pedido do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) a comissão não mais reuniu, mas também é verdade que todos os documentos que têm sido entregues e a que a comissão executiva tem tido acesso, deles dá imediato conhecimento aos membros da comissão da AM, pelo que acha que eles estão a acompanhar o que se está a fazer, mas qualquer membro, como diz o Regimento, a dada altura, se achar que a comissão deve reunir, só deve pedir ao Presidente, que

naturalmente fará essa convocatória, dado que não é só o Presidente que tem que dar esse passo.

Esclareceu que relativamente às irregularidades de procedimentos faladas há pouco no âmbito da queixa que o deputado Manuel Mendes (GMPS) referiu, que foi convocado para depor na polícia judiciária não por irregularidades de procedimentos, mas por abuso de poder. Referiu que o despacho que recebeu e do qual deu conhecimento à AM, enquanto seu Presidente, é de acesso a todos os deputados, está na documentação desta sessão (se não viram, é porque não o consultaram), e esse despacho diz, dirigido ao Presidente da AM, que foi uma queixa sobre abuso de poder e que foi totalmente ilibado, quer pelo alegado uso de campanha eleitoral numa nota que fez a propósito dessa sessão da AM, quer pelo alegado abuso de poder ao convocar uma AM; que relativamente ao abrir a carta, ou não abrir a carta, disse ao deputado Manuel Mendes (GMPS) “quem mal não anda, mal não pensa”.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** interveio novamente em uso da defesa da honra.

Referiu que o Sr. Presidente da AM reconheceu a inexistência de reuniões, e dar a conhecer é uma coisa, acompanhar é outra; que o Sr. Presidente da AM ao tentar misturar no mesmo saco uma coisa e outra não está a ser correto; que o Sr. Presidente da AM tem que ter a humildade de reconhecer que o PSD não votou a favor da comissão de acompanhamento, e que sempre se comportou a partir daí de modo pouco correto para com o grupo de trabalho que foi constituído, sendo seu dever enquanto Presidente de Mesa defender os seus colegas da AM, em caso de dúvida devia sempre defender a AM (para que é que o elegeram, questionou); que não se esqueçam daquilo que disse em tempo oportuno o Sr. Presidente da Câmara a propósito do testamento do Conde, na necessidade de haver sigilo; que gostariam de saber quantas reuniões se realizaram, com quem, onde, quem esteve presente; que há uma falta de respeito extrema do Sr. Dr. Almiro Moreira para com a AM a que preside, mal, porque deveria ser o primeiro a



dizer junto do Presidente da Câmara que o grupo de trabalho de acompanhamento tem de estar presente em todos os atos a praticar, e que isso é que é respeito democrático, algo que não aconteceu.

**O Sr. Presidente da AM** interveio novamente para dizer que reiterava o que disse anteriormente. Disse que respeita democraticamente a opinião de todos, mas a sua opinião é completamente divergente daquela que o deputado Rocha Pereira (GMPS) acabou de explanar, ou seja, não considera que o grupo de acompanhamento permanente seja executivo; que são uma comissão de acompanhamento e acompanham os trabalhos, tal como o têm feito; que se algum membro da comissão acha que a mesma deve reunir que peça ao Sr. Presidente da Comissão para a convocar, porque no seu modesto entendimento está a fazer o que entende como Presidente da comissão de acompanhamento; que se qualquer um dos membros da comissão tem um atendimento diferente, e bem, o deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) a dado momento achou que a Comissão devia reunir e reuniu, por isso, se a comissão não reúne não é só porque o Presidente não quer que a comissão reúna; que a comissão não reúne porque o Presidente entende que não há matéria para reunir e nenhum dos membros a convocou até agora.

Referindo-se ainda à intervenção do deputado Rodrigo Pereira (GMMPPM) relativa à transmissão da AM, informou que foi retirada 2 ou 3 dias após a emissão. Disse que ainda não tem a informação toda para saber se pode estar mais tempo disponível para além da transmissão, porque têm que ver a questão da proteção de dados, dado que o que diz o Regimento é que a sessão é transmitida e depois guardada, não diz que fica permanentemente online. Referiu que é uma questão que está a avaliar e se qualquer deputado quiser ter acesso ao link ser-lhe-á dado; que a sua intenção é que fique disponível para sempre, mas não quer ter nenhum problema jurídico relativamente a essa matéria.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às diversas questões que lhe foram colocadas.

Agradeceu as felicitações dirigidas à Câmara Municipal pelo deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) e pelo deputado Jorge Quintas (GMMPM) pela aquisição de uma viatura para a USF de Castelo de Paiva. Disse que irá ser muito importante no apoio aos domicílios e à “UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade” que está a trabalhar 7 dias por semana junto daqueles que mais precisam.

Referindo-se às más condições do pavilhão ginnodesportivo, reconheceu a existência de infiltrações de água, são um problema estrutural, dai a necessidade que tiveram de contratar um serviço externo para fazer uma revisão completa ao projeto de arquitetura e de especialidades do pavilhão, para que no âmbito do que poderá ser o quadro comunitário “Portugal 2030” possam inscrever a reabilitação total daquele equipamento. Disse que terá de ser efetuada uma intervenção profunda na cobertura (ainda em amianto), dado que, infelizmente, houve muita falta de manutenção desde a inauguração do pavilhão em 1993.

Salientou que acontece o mesmo nos restantes equipamentos desportivos e culturais do concelho, mas estão atentos a essa situação, e certamente que haverá uma altura em que o saldo de tesouraria de 4.500.000,00€ terá que descer para que possam avançar com todas essas importantes obras, porque apesar de haver fundos comunitários há sempre uma componente que terá que ser suportada pelo Município.

Informou que a piscina municipal tinha vários problemas, desde a maquinaria à tubagem calcinada; da necessidade de injeção de água a cerca de 90° para prevenir a questão da “legionella” nos balneários; não haver um sistema de controlo automático de doseamento dos desinfetantes para a água do tanque, razões pelas quais semana sim, semana não, a Delegada de Saúde dava ordem de encerramento da piscina pela não qualidade da água. Disse que pelos riscos associados à saúde publica ali recorrentes a opção do executivo foi a de encerrar o equipamento, apesar de não ter sido uma decisão fácil, porque recebem e-mails praticamente todos os dias de pais e encarregados de educação que querem utilizar aquele espaço, mas têm a



consciência de que podiam estar a colocar em causa a saúde pública e da necessidade de fazerem obras de fundo. Referiu que quem tiver a oportunidade de visitar a piscina (agradeceu aos funcionários municipais que fizeram os trabalhos de pintura dos balneários, dos espaços exteriores, das bancadas) já vai ver um equipamento completamente diferente do que era há 3 ou 4 meses atrás.

Confirmou que o documento que saiu da reunião realizada com o Dr. Bernardo Alegria já foi enviado Vereador Ricardo Jorge a todos os Vereadores, mas ainda ninguém respondeu. Informou que a comissão executiva é composta por representantes de todos os partidos e movimentos de cidadãos, e havendo a concordância de todos os seus membros com a redação desse documento farão chegar o mesmo à comissão de acompanhamento da AM, porque acha que em democracia todos devem ter a oportunidade de dar a sua opinião, o seu contributo e até sugestões sobre algo que esteja nesse documento que não lhes pareça que seja o mais correto. Em relação a IC35, informou que teve a oportunidade de estar na altura com o Sr. Secretário de Estado, agora responsável pelas infraestruturas, Dr. Frederico Francisco, que lhe deu nota da necessidade de em função da proximidade do troço com pedreiras (também em função da tragédia de Borba) se fazerem alguns ajustes ao projeto e da emissão de alguns pareceres, principalmente por parte da “APA - Agência Portuguesa do Ambiente”, algo que estaria concluído, possivelmente, no final do primeiro trimestre. Referiu que sendo, ou não, a mesma empresa, e mesmo que tenha que haver algum reajuste, estão a falar de projetos financiados, quer a Variante à EN 222, quer o IC35, que estão inscritos no “PRR – Plano de Resolução e Resiliência”, pelo que presume que estão a ser tidos em conta todos os prazos para que possam ter essas importantes obras.

Sobre os terrenos do percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”, referiu que é um assunto que já foi amplamente debatido. Disse que no passado ele próprio colocou em causa a propriedade dos terrenos, se não seriam privados, tendo sido garantido que não eram, mas afinal eram; que quando



*404  
deputada*

falam do valor de 160.000,00€ que a Câmara Municipal teve que depositar de caução para recorrer da avaliação, que isso representava fazer isso mesmo ou desistir do projeto, desistir da posse daqueles terrenos e devolver todos os fundos comunitários que entraram no montante de cerca de 300.000,00€; que, entretanto, na fase instrutória (pediu desculpa caso não estivesse a utilizar o termo correto) houve um princípio de acordo porque a avaliação final estaria nos 70.000,00€ e a outra parte disse que aceitaria um montante de cerca de 50.000,00€, mas a Câmara Municipal assumiu também todas as custas de peritagem que se cifraram em cerca de 30.000,00€, pelo que o diferencial do valor era para evitar o prolongar de uma situação que foi decidida pela última peritagem; que também há outros terrenos previstos para a passagem do percurso que pelos vistos também são privados, algo que estão a analisar.

Referindo-se à intervenção do deputado Rodrigo Pereira (GMMPM) em relação ao abate de madeira, respondeu que há muitas questões que se podem levantar acerca da madeira e da sua propriedade, porque o referido deputado falou de duas coisas distintas que embatem uma na outra: tanto no Douro como no Paiva, principalmente no Rio Paiva, estão a falar de uma zona que pertence à “Rede Natura”, e neste contexto todo e qualquer abate de arbóreo ripícola carece de autorização da “APA - Agência Portuguesa do Ambiente”. Referiu que, possivelmente, muitos dos autos poderão ter sido levantados pelo “Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA)” no âmbito ao corte de várias espécies ripícolas junto às margens, mas também não tem conhecimentos para responder, teria que fazer uma análise mais profunda. Referindo-se à intervenção da deputada Fátima Strecht (GMPS) relativa ao estacionamento no largo do Conde, respondeu que durante a próxima semana ou a seguinte, irão fazer uma reformulação numa tentativa de regular o trânsito. Disse que a solução dos parquímetros ficava muito dispendiosa, mas como alguns desses equipamentos são propriedade do Município estão a verificar se conseguem fazer a adaptação de um parquímetro para limitar um o estacionamento a



um quarto de hora gratuito e um quarto de hora pago a uma taxa mais elevada (máximo de meia-hora), porque a solução da colocação de sinalização vertical quase que obrigaria a ter um agente de autoridade no local a contar o tempo.

Referindo-se à intervenção do deputado João Vieira (GMMPM) referente à entrada na Vila junto à “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico-cultural de Castelo de Paiva”, respondeu que já foi pedida autorização para que a Câmara Municipal possa intervir no arranjo da rotunda.

Em relação à Casa-Museu, respondeu que continua a achar que é viável porque há vários tipos de museus, alguns só com paredes em branco e com projeções em 3D, ou de outro tipo, pelo que nesse aspecto estão todos de acordo.

Referindo-se à intervenção da deputada Giselda Neves (GMPS) relativa à Carta Educativa, informou que ainda estão a aguardar o parecer da “Dgeste”. Referiu que a empresa tem um prazo a cumprir, mas quando se está a guardar um parecer de uma entidade externa os prazos suspendem, sendo este o caso. Informou que a “Dgeste” também tem feito algumas questões à empresa e à Vereadora Liliana Vieira acerca dos dados vertidos no documento, sendo que quando este estiver concluído irá à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.

Em relação ao projeto “Jovem Autarca”, referiu que é um projeto aliciante e no qual o executivo se empenhou. Informou que o projeto foi proposto ao Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva em sede de Conselho Pedagógico, mas não foi aceite a sua implementação pelo menos neste ano letivo.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso (GMPS), informou que estão a analisar a questão da obra no centro de Santa Maria de Sardoura. Disse que houve um projeto inicial, pelo que não se pode dizer que não existem

projetos, para ter existido um processo de apropriação teve que se apresentar um projeto. Referiu que ele próprio teve o cuidado de junto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia e de um dos responsáveis da Comissão de Festas, questionar qual seria a data mais pertinente para que possam avançar com a obra sem pôr em causa a questão das festividades; que deu nota ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que há procedimentos que levam o seu tempo, têm prazos legais para cumprir nos procedimentos, pelo que a festa, que se realiza em agosto, poderia colidir com o início das obras, pelo que lhe ficaram de dar uma sugestão de quando seria a melhor altura para arrancar com a obra, sendo que podem avançar o mais tardar até ao mês de maio, mas aí a obra não estará pronta para as festividades, ou deixar passar as festas e então aí terão cerca de um ano para concluir a empreitada, até porque todas as empreitadas estão sujeitas a diversos fatores que podem conduzir a atrasos, designadamente as condições climatéricas ou a falta de material adequado.

Sobre a EN222 da Cruz da Carreira a Greire, respondeu que estão a preparar uma solução e que também estão atentos relativamente às pavimentações.

Quanto ao muro de Carcavelos, informou que o projeto já está executado. Disse que sendo as infiltrações de água o grande problema do muro, é contranatura estar a fazer as obras numa altura de excedente de água, porque esse muro terá uma extensão de mais de 100 metros de cumprido, não vão fazer um remendo, pelo que o objetivo do executivo é fazer a totalidade do muro para preservar a segurança das pessoas e bens que ali circulam. Informou que a obra está acautelada, num investimento que ultrapassa o montante de 80.000,00€.

Relativamente às obras que foram prometidas, respondeu que esse compromisso será cumprido.

Recordava ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia que no ano de 2022 pediu desculpa a todos os outros Presidentes de Junta de Freguesia, porque a única freguesia que teve uma obra com alguma dimensão foi a de Santa



Maria de Sardoura, designadamente a repavimentação e requalificação de S. Gens; que relembrava que Santa Maria de Sardoura já beneficiou nestes dois anos de um investimento de mais de 300.000,00€ em obras executadas pela Câmara Municipal: do levantamento que se fez entre os anos de 2017 a 2021 Santa Maria de Sardoura beneficiou de um investimento direto de 40.000,00€, que foi a requalificação do centro de Sardoura.

Salientou o investimento efetuado na Rua do Pinheiro; loteamento da urbanização de S. Gens; arranjo do desvio de águas pluviais e saneamento do loteamento de Greire, incluindo a obra que já está adjudicada da requalificação da Rua do Sobreiro, ruela de Cruz do Vale e travessa de Cruz do Vale orçamentada e adjudicada por 116.500,00€, ou seja, o investimento em Santa Maria de Sardoura existe e continuará a existir.

Realçou também a contribuição em material no montante de mais de 20.000,00€ para a obra de Sá, além do apoio concedido ao nível de funcionários, máquinas e outro apoio logístico que lhes foi solicitado; que também já foi adjudicada a pavimentação da Rua da Portela, Rua da Fontela, Rua de Figueirido e Rua de Carcavelos, num investimento de 96.000,00€. Em relação à escola de Pereire, informou que foi aberto o concurso pela segunda vez, numa orçamentação superior a 43.000,00€, que ficou deserto. Disse que irão reanalisar o processo e lançar mais uma vez a obra.

Referindo-se à intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPS), informou que o Provedor do Município ainda não foi criado, mas será.

Sobre a rádio, salientou que sempre lhe deu importância e tem noção da sua importância não só para emitir informação, mas também pela companhia que faz a muitos Paivenses. Informou que a Câmara Municipal tem celebrado contratos de publicidade com a entidade, tal como fazia o anterior executivo, mas comparar o que outros municípios poderão dar, ou não, tem de ser feito comparando os cadernos de encargos que são impostos quer pelo Município de Castelo de Paiva, quer pelos restantes municípios. Referiu que comparativamente com o Município de Cinfães, o



caderno de encargos do nosso Município não é tão exigente, por exemplo, a rádio desse concelho vizinho tem que acompanhar o clube mais representativo do Município em todos os jogos em casa e fora, bem como fazer toda a publicidade às associações, coletividades e comissões de festa de forma gratuita.

Informou que a aquisição de serviços de publicidade à radio totalizou em 2016 o montante de 6.100,00€; em 2017, 4.073,00€; em 2018, 6.220,00€; em 2019, 7.200,00€; em 2020, 7.200,00€; em 2021, 8.015,00€ e em 2022, 10.800,00€.

Informou também que apenas o Estado central pode subsidiar os órgãos de comunicação social, e não tem a intenção de que de certa forma se crie uma subsidiodependência ao nível dos órgãos de comunicação social com a Câmara Municipal, havendo sim um contrato de prestação de serviços para a elaboração de spots de publicidade municipal e a emissão do programa semanal da Câmara Municipal, estando disponível para facultar os contratos celebrados com a rádio.

Referindo-se à intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS) relativa à contratação de uma empresa de eventos, respondeu que não é para organizar, apesar de poderem dar contributos, mas sim para a contratação de artistas e equipamentos de que o Município não dispõe. Referiu que não sabe se será esta empresa que irá colaborar com o Município na organização do S. João e da Feira do Vinho, ou se será outra, porque a Câmara Municipal não tem palcos, “P.as”, tendas para a restauração, tendas e módulos para os stands para a Feira do Vinho Verde, o fogo de artifício, palcos e artistas para o S. João, ou seja, serviços que têm que ser contratados fora tal como acontecia no passado, não é novidade, pelo que não percebe que ao fim de 14 anos questionem uma coisa que se faz há mais de 20 anos; que é uma prática usual nos 308 Municípios, não é só em Castelo de Paiva.

Realçou que o que era preocupante era dizer a Câmara Municipal gastou cerca de 40.000,00€ em 2 ou 3 eventos e tenha as contas a negativo; que



são constantemente criticados por pagar a 12 dias aos fornecedores e por terem 4.500.000,00€ na conta...

Agradeceu a comparação com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, é sinal que que estão a evoluir e a tornar Castelo de Paiva num grande centro, mas o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa já tinha obra de habitação social em construção herdada do Dr. Fernando Medina, enquanto, se calhar, Castelo de Paiva “tinha bola”: tinha um protocolo celebrado com o “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana”, mas nenhuma obra em execução; que estiveram cerca de 11 meses à espera da aprovação do “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana” para a reabilitação dos bairros sociais, sendo que, felizmente, já foi aberto o concurso público e espera que a obra comece em breve. Informou que apresentará em breve os projetos para as Meirinhas, Póvoa 2, Bairros, Real, São Martinho e Santa Maria de Sardoura, pelo que o processo está a andar e os prazos serão cumpridos.

Relembra que o projeto do Choupelo, que era o único que estava adjudicado, ainda vai sofrer algumas alterações para cumprir os índices de eficiência energética, mas está a ficar concluído para que possa ser submetido ao “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana”, tendo agradecido a colaboração da Junta de Freguesia que quando se deu conta que não existia nenhum título de posse dos terrenos, rapidamente colaborou com a Câmara Municipal no propósito de se fazer a escritura para o direito de superfície.

**O Sr. Presidente da AM** interveio novamente para informar que relativamente à comemoração do 50.º aniversário do 25 de abril, têm perspetivado que se mantenha a sessão solene, no entanto, e dado à dimensão que querem dar às festividades, à semelhança do que tem acontecido noutras municípios, e porque a Câmara Municipal dispõe de muito mais meios do que a Assembleia Municipal, parte do programa mais artístico estará mais a cargo da Câmara Municipal. Informou que será envolvida a Academia de Música de Castelo de Paiva, o Agrupamento de

Escolas de Castelo de Paiva, tendo sido incluído no programa curricular dos alunos de educação visual para este semestre a elaboração de pinturas alusivas ao 25 de abril e a toda a sua extensão nestes últimos 50 anos, pelo que haverá uma exposição dos alunos do agrupamento alusiva ao tema como forma de envolver os jovens nestas questões relativas à nossa liberdade e à nossa democracia.

Concluiu, referindo que nos próximos dias vai pedir sugestões aos GM para o programa da comemoração do 50.º aniversário do 25 de abril.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** interveio novamente para dizer que há quatro questões que não foram respondidas e uma que surgiu na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara.

Deu nota que em relação à comemoração dos 50 anos do 25 de Abril o Sr. Presidente da AM só falou no Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, tendo pedido para não se esquecer dos jovens que frequentam o Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro.

Relembrou a questão que fez sobre o contrato referente ao Nadador-Salvador; a questão sobre a que se deve a instalação de um contador da água numa loja que foi encerrada e para quando está previsto o encerramento do outro vão que está em aberto; a outra questão, que tem mais pertinência depois da explicação do Sr. Presidente da Câmara, porque no e-mail que aquele lhes enviou a 31 de janeiro sobre a questão do memorando de entendimento é referido, e citou: "... que previamente ao seu envio ao órgão executivo para apreciação e deliberação o documento será remetido aos membros dessa comissão". Disse que irá requerer uma reunião extraordinária da comissão de acompanhamento.

Referiu que a outra questão se refere à Variante à EN 222.

**O Sr. Presidente da AM** esclareceu que em relação à comissão de acompanhamento, o Sr. Presidente da Câmara disse que antes do documento ir ao executivo seria enviado à comissão para apreciação, pelo que acha que aquele está a cumprir integralmente aquilo que disse no e-mail referido pelo deputado Paulo Teixeira (GMUCPT); que o Sr.



Presidente da Câmara disse que o documento estava em análise pelos membros da comissão executiva e que, posteriormente, o iria remeter à comissão de acompanhamento para opinar sobre o mesmo para posterior envio ao órgão executivo, por isso acha que foi respondido.

**O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso (GMPS)**, interveio novamente para questionar em relação ao “modus operandi” da reposição de paralelos das calçadas; que também abordou a questão da obra no centro de Santa Maria de Sardoura, e conforme o Sr. Presidente da Câmara se lembrará, alertou para a urgência e a pertinência tanto para a Junta de Freguesia, como para as festividades e para a dinâmica local, da construção do muro que não demorará um ano, nem dois, a ser concretizado.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** interveio novamente para dizer que relativamente à celebração do 25 de abril, a primeira edição presidida pelo Sr. Presidente da AM foi sobre a juventude sob proposta do GMPS, tendo questionado se há algum subtema subjacente aos convites que já foram feitos.

Deu nota que pode ter percebido mal, mas na correspondência recebida e enviada o que lhes é disponibilizado é uma listagem da correspondência com o remetente e o destinatário, e não o conteúdo.

Questionou o Sr. Presidente da Câmara se, daquilo que percebeu da sua intervenção, está a equacionar ceder a organização da Feira do Vindo Verde a entidades externas, e se for assim, o que é que acontece à parceria com a “ACI - Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva”.

**O Sr. Presidente da AM** respondeu que relativamente ao 25 de abril o tema deste ano é o 50.º aniversário, não haverá um subtema.

**O Sr. Presidente da Câmara** interveio novamente para responder às questões colocadas.

Referindo-se à intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS), reiterou que o Município não tendo os equipamentos necessários para a montagem da Feira do Vinho Verde tem de contratar entidades externas para a questão

dos stands para os expositores, tendas para a restauração, palco, som, luzes. Disse que a organização será sempre da Câmara Municipal e se tiver de haver parcerias, isso acontecerá.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso (GMPS), relativa à reposição de paralelos, respondeu que estão a tratar e também a arranjar forma de serem mais céleres.

Em relação à questão do muro, respondeu que têm que ter muito cuidado no que me diz respeito à contratação pública, porque ao fazer agora o muro e depois fazer um projeto global podem incorrer em fracionamento de despesa, ou seja, estar a fugir à obrigatoriedade de abrir um concurso público em função do valor em causa.

Referindo-se à intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) sobre o contrato com a “Norsalva”, respondeu que se trata de um contrato à hora, pelo que estando a piscina fechada esse contrato está suspenso.

Em relação ao contador de água, respondeu que terá de averiguar, presumindo que será para o condomínio.

Informou que uma abertura já foi encerrada e já notificaram a empresa para o encerramento da outra. Disse que ainda recentemente a fiscalização foi ao local averiguar se o encerramento foi feito.

A AM tomou conhecimento

***4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.***

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para elogiar o pormenor colocado na elaboração do relatório da atividade da Câmara Municipal.

Deu nota que na última sessão colocou uma questão que voltava a colocar referente ao processo n.º 915/192BEPNF que não consta do mapa das contingências financeiras previstas na página 38 do Orçamento, pelo que questionava novamente a que é que esse processo diz respeito.



Questionou, relativamente à parte das empreitadas, se as obras ali referidas estão em concurso ou já estão no terreno; se as mesmas obedecem, ou não, às recomendações referidas no relatório da auditoria que hoje vão aqui tratar.

Relativamente à informação financeira, referiu que nos mapas que lhes foram enviados consta o montante de 32.000,00€ para o projeto das especialidades referente ao loteamento do Choupelo, tendo questionado em que fase está este processo; que foi adjudicada a requalificação da Rua do Valoto, em Bairros, e outras empreitadas, a uma empresa que gostaria de saber se cumpre o n.º 2, do artigo 113.º do “CCP - Código da Contratação Pública”; que na página 4 estão inscritos os custos com a “Via Verde”: 140,00€ em outubro, 140,00€ em novembro e 220,00€ em dezembro, que é o mês em que normalmente se sai menos do concelho, tendo questionado a que se deve esse aumento.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para esclarecer que em relação à questão dos custos com a “Via Verde”, é uma altura em que há mais juntas médicas em Coimbra, sendo que o Município faz o transporte dos trabalhadores a essas juntas médicas, mas terá de averiguar junto dos serviços.

Sobre o processo n.º 915/192BEPNF, respondeu que também terá de averiguar junto dos serviços, tendo solicitado ao deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) que colocasse a questão por escrito.

Em relação à a requalificação da Rua do Valoto, respondeu que a indicação que lhe foi dada pelos serviços foi a de que a empresa cumpriu todos os requisitos. Disse que deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) pode requerer a consulta do processo de empreitada.

Relativamente ao Tony Carreira e ao Toy, respondeu que haverá essa possibilidade, ou não, porque são artistas muito solicitados para esse tipo de festividades e poderão já ter as agendas preenchidas, pelo que enquanto não tiverem os procedimentos concursais concluídos não têm a certeza se podem ser eles.



*Ho  
Assembleia*

Fls. 409

A AM tomou conhecimento

**Período de Intervenção do Público**

**5. Intervenção do Público**

Não houve intervenções.

**Período da Ordem do dia**

**6. Dirigentes intermédios de 2.º e 3.º grau – Abertura de procedimentos concursais/designação do Júri de recrutamento – Apreciação e deliberação.**

Presente uma proposta da Câmara Municipal subscrita pelo Sr. Presidente da Câmara relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente ata.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que na “DAJ - Divisão Administrativa e Jurídica” só o Presidente do júri se parece enquadrar com a área em causa. Disse que à frente do nome da Presidente do Júri é referido que é assessora jurídica e professora universitária, tendo questionado se é assessora do Município de Castelo de Paiva; que na “DEIB – Divisão de Educação, Inovação e Bem-Estar” só um dos vogais suplentes se enquadrar com a área em causa; que no “Núcleo da Educação, Ação Social e Saúde” só um dos efetivos e um dos suplentes se enquadrar com a área em causa, ao contrário do que acontece na “DOSM – Divisão de Obras e Serviços Municipais” e na “DGUT – Divisão de Gestão Urbanística e Territorial” em que há enquadramento do júri escolhido com as áreas em causa.

Deu nota que tomou conhecimento que a técnica superior que chefiava o Urbanismo já está em funções na “DOSM – Divisão de Obras e Serviços Municipais”, tendo questionado se isso é verdade e se este procedimento concursal que vem à AM é só para cumprir calendário ou se qualquer pessoa que concorra tem condições para “poder ir a jogo”.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para questionar qual é a diferença entre a “DEIB – Divisão de Educação, Inovação e Bem-Estar” e o “Núcleo da Educação, Ação Social e Saúde” e se não há a



possibilidade de se misturarem funções, uma vez que há áreas que se tocam.

Questionou também a que divisão fica entregue o setor do turismo.

Referiu que espera que com a designação deste júri estejam reunidas condições para que a isenção, a competência e o mérito sejam um fator decisivo para a seleção.

Salientou que para que se contrariem determinados rumores que circulam na praça pública que dizem que há determinados cargos prometidos a autarcas quer da AM, quer de algumas Assembleias de Freguesia, esperam que a seleção seja isenta e que não seja “música para alguns” ou cunhas para outros.

**O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para dizer que o Sr. Presidente da Câmara irá responder a tudo, mas as dúvidas que o deputado Manuel Mendes (GMPS) colocou relativamente à diferença entre a “DEIB – Divisão de Educação, Inovação e Bem-Estar” e o “Núcleo da Educação, Ação Social e Saúde” já foram apreciadas e votadas na AM aquando da apresentação deste plano. Disse que neste momento estão apenas a aprovar o júri, tendo reiterado que “quem mal não anda, mal não pensa”.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Referindo-se à intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT), respondeu que a Dra. Manuela Patrício é Professora Adjunta do “Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto” e não tem qualquer contrato com o Município de Castelo de Paiva. Referiu que a Dra. Manuela Patrício está como Presidente de todos os júris pela experiência que tem ao nível da auditoria e da assessoria jurídica.

Em relação à questão sobre a Eng.ª Manuela, respondeu que chefiava a área do Urbanismo e agora está designada em regime de substituição na chefia da “DOSM – Divisão de Obras e Serviços Municipais”.

Recordava que à exceção da Divisão Financeira, não existem mais chefias de divisão na Câmara Municipal.



*Hb.  
Anselmo*

Referindo-se à intervenção do membro Manuel Mendes (GMPS), esclareceu que se trata de um processo concursal com júri externo ao Município, tendo lamentado que se tivesse feito tão diretamente uma acusação gravíssima a pessoas respeitadas e com currículo em várias instituições públicas, que estão em cargos de chefia e que cumprem os requisitos determinados pela legislação; que numa primeira fase, poderão concorrer pessoas com vínculo à função pública e que preenchem criteriosamente as necessidades curriculares para poderem preencher as vagas; que dizer que são pessoas da AM ou pessoas da Assembleia de Freguesia diz muito do pensamento e da forma de estar de alguns membros da AM, neste caso de quem proferiu essas palavras. Realçou que está de consciência tranquila, não há qualquer compromisso, será um concurso limpo e transparente, e que garantia que não entra ninguém nem da AM, nem de nenhuma Assembleia de Freguesia, porque nenhum tem vínculo à função pública, pelo menos da parte do PSD, logo estão excluídos.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** interveio novamente para dizer que não pôs em causa a idoneidade das pessoas, só questionou, porque no texto que lhes foi enviado diz que a Dra. Manuela Patrício é assessora jurídica e Professora Adjunta, de quem é assessora jurídica.

**O Sr. Presidente da AM** informou que foi respondido que não era.

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade.

**7. Proposta de Alteração dos Limites Administrativos entre as Freguesias do Concelho – Apreciação e deliberação.**

Presente o processo referente a este ponto, que fica arquivado na pasta anexa à presente ata.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para manifestar a sua satisfação por ver acabado um processo iniciado em 2001, ano em que liderava os destinos desta autarquia. Referiu que nem sempre foi pacífico e que teve na toponímia, em boa hora lançada pelo executivo anterior, o momento mais importante para se poder concluir este processo



que é fundamental para o concelho de Castelo de Paiva, mas um processo que demorou 23 anos a concluir.

**O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPPM)**, usou da palavra para dar os parabéns a todos os Presidentes de Junta de Freguesia. Disse que fizeram um trabalho notável, porque muitas pessoas do concelho não se aperceberam que havia casos muito irritantes ligados aos limites da freguesia. Deu o exemplo da Freguesia de Real, em que havia dois lugares que as pessoas sempre pensaram que pertenciam à freguesia e afinal pertenciam à freguesia São Pedro, pelo que ainda bem que o processo está concluído, esperando que venha a ser aprovado.

Alertou que, porém, o processo ainda não terminou, porque gostava que Castelo Paiva delimitasse não só o território das freguesias, mas também as fronteiras com os concelhos vizinhos. Referiu que a freguesia de Real ainda vai ficar com dois casos em aberto, que é o caso da ligação à freguesia de Santa Eulália, em Arouca, e à freguesia de Canelas, porque colocaram as placas de toponímia em função das marcações que têm e que estão em vigor, mas aqueles não aceitaram porque dizem que é território de Arouca, esperando que no futuro possam resolver este problema.

Informou que o processo relativo aos limites das freguesias também trouxe coisas novas, por exemplo, no caso da freguesia de Real (agradeceu o empenho do Dr. Vitor Quintas) existe o caso do lugar de Celeirós que foi um dos lugares que mais problemas deu, porque São Pedro reclamava esse lugar apesar de historicamente ser de Real. Disse que neste caso há um problema que queria pôr à consideração do Sr. Presidente da Câmara: qualquer pessoa que more no lugar de Celeirós, para vir para a sede da freguesia tem que passar na freguesia de São Pedro e na freguesia de Sardoura, porque não tem o acesso conveniente, pelo que propunha que no futuro pudessem construir uma estrada no caminho do Lameiro Gordo que vem diretamente de Celeirós à Cruz da Carreira (tem cerca de 600 metros). Agradeceu à Câmara Municipal o facto de ter adquirido um terreno em Real para o futuro parque do cemitério, e também ter comprado um terreno

por um preço simbólico no Gildinho para que possam fazer um melhor enquadramento das “alminhas”.

Agradeceu também as obras que foram lançadas na freguesia de Real: a obra que está em curso na travessa da Cova do Coelho, na Rua da Portela e na rua central do Seixo.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPPM)** usou da palavra para reiterar o conteúdo da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPPM), no sentido de que o processo ainda não terminou, porque se por um lado houve um acordo entre as freguesias, por outro lado o concelho tem limites terrestres com quatro concelhos - Arouca, Cinfães, Gondomar e Santa Maria da Feira – que ainda não se sabe bem onde são.

Informou que já falou uma vez com o Sr. Presidente da Câmara acerca dos limites da freguesia de Real com o concelho de Arouca, algo que ainda não está definido.

Solicitou que fossem rapidamente encetadas negociações com vista a resolver o imbróglio que existe nas fronteiras terrestres, porque as que são limitadas pelo rio, como é o caso de Cinfães, é fácil, mas as terrestres são mais complicadas, porque se atenderem ao que dizem os antigos é num sítio, mas as placas ficam noutro, pelo que era bom que fosse resolvido.

**O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para esclarecer (mais do que a própria AM, os municípios) que vão aprovar uma alteração que fica aprovada pela AM, mas depois terá ainda um Grupo Parlamentar da Assembleia da República que assumir este projeto e fazê-lo apresentar naquela Assembleia. Referiu que estando a Assembleia da República com as funções suspensas, terão de esperar que seja constituída nova Assembleia para que este processo possa ser admitido em sede de Parlamento, pelo que este problema ainda vai demorar certamente alguns meses até que seja completamente resolvido.

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade.



A Segunda-Secretária da Mesa da AM, Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPSD), ausentou-se da sessão nesta altura, não tendo sido chamado substituto.

**8. Informação para apreciação e conhecimento da AM:**

**8.1. Relatório de conclusões dos procedimentos de auditoria aos exercícios de 2017 a 2021 – Município de Castelo de Paiva.**

Presente o relatório referido em título que ficará arquivado na pasta anexa à presente ata.

**O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para informar que estão presentes na sessão os técnicos que elaboraram o relatório e que estão disponíveis para fazer uma apresentação do documento. Disse que não sendo membros da AM tinha de pedir à Assembleia a sua anuência, o que aconteceu.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que foi um trabalho elaborado numa perspetiva de futuro, ou seja, que a auditoria sirva para se evitarem algumas lacunas que possam existir. Disse que também é um trabalho que certamente será proveitoso para poderem pautar a ação do executivo na administração municipal, alertando-os para alguns pormenores que poderiam não estar tão bem definidos no passado.

**O Dr. José Carmo**, Revisor Oficial de Contas do Município, e na qualidade de responsável pela equipa que fez a auditoria, usou da palavra para fazer a apresentação do documento.

Informou que já fizeram uma apresentação relativamente extensa na reunião de Câmara, mas tiveram outros meios à disposição para fazer essa apresentação, pelo que para não ser tão enfadonho, e uma vez que o documento foi distribuído a todos os deputados, irá só fazer um resumo daquilo que foi a análise dos procedimentos e no final estará disponível para qualquer questão mais específica que queiram colocar.

Realçou que é um trabalho que visa exclusivamente a análise de procedimentos que de um ponto de vista da auditoria são relevantes, baseados quer em regulamentação interna do Município, quer em

*Aut. 412*



Fls. 412

legislação nacional relacionada, nomeadamente, com o sistema de normalização contabilístico para as entidades públicas e para as autarquias, neste caso; também no âmbito do que são as boas práticas que resultam normalmente dos relatórios de controlo interno que costumam emanar e, por fim, daquilo que é o julgamento profissional da equipa e a sua interpretação dessas mesmas normas, procedimentos e boas práticas que têm.

Deu nota que é um relatório que incidiu sobre os exercícios de 2017 a 2021, e do ponto de vista das situações que identificaram encontraram várias não conformidades ou insuficiências, nomeadamente ao nível da aplicação seja do “POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais”, seja do “SNC – Sistema de Normalização Contabilístico”, que levaram a um conjunto de recomendações, por exemplo, a necessidade de ter procedimentos de registo e de conciliação relativos aos clientes de fornecimento de água, resíduos e outros, que permitam garantir não só uma adequada valorização das rubricas, isto é, que tudo o que é faturado é de facto faturado, mas também que quando há situações de incumprimento ou de não cobrabilidade, estas também sejam igualmente reconhecidas e ajustadas nas contas do Município.

Referiu que outro ponto muito relevante foi a necessidade de inventariação e mensuração da totalidade dos bens de domínio público e privado do Município, não só para garantir que tudo o que é do Município está de facto registado no seu cadastro de ativos tangíveis, mas também para garantir que aquilo que já não está lá ou que já não existe por desgaste ou por abate, já não consta efetivamente desse cadastro de ativos tangíveis e também para evitar que haja uma apropriação indevida desses ativos. Disse que esta é uma situação que o anterior Revisor Oficial de Contas já evidenciava nas suas certificações legais.

Deu também nota da necessidade de uma correta especialização da totalidade dos gastos inerentes ao Município. Referiu que esta questão da especialização prende-se muito com a transição entre exercícios, por norma



as despesas que são de um determinado ano devem ficar nesse ano e as despesas que são de outros anos, ou do próximo ano, devem ser diferidas para o ano seguinte, por exemplo, isso acontece no caso dos seguros, que não cobrem, necessariamente, o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro, ou também, por exemplo, há situações em que há compra de água mas a fatura só chega em janeiro, tendo que se garantir que a efetiva especialização é feita no exercício correto.

Salientou que não é que haja situações de distorções materiais nos registos que são feitos pelo Município, ou seja, a questão prende-se mais com a necessidade de documentar melhor aquilo que são os suportes que existem a esses registos, porque em alguns casos a única coisa que tinham era uma nota de lançamento e, no fundo, não tinham o suporte para esses registos.

Referiu a necessidade de melhoria nos procedimentos e no fluxo de informação necessária à quantificação e contabilização de gastos relativos a despesa corrente e investimentos. Disse que isso tinha essencialmente a ver com um procedimento relativo a quando uma fatura ou um documentário lançado automaticamente numa rubrica de outros, e a partir daí é que se ia destrinçar se era fato “outro” ou qual era a natureza do gasto mais adequada a essa despesa, o que não só do ponto de vista processual complica sobremaneira o processo, porque se ao receber a fatura a lançar logo na rubrica correta é muito mais simples do que depois ir uma rubrica com um conjunto de faturas e ter que estar a destrinçar onde é que essa contabilização deveria ser feita à posteriori; a necessidade de obtenção de informação financeira sobre as participações detidas pelo Município, ou seja, o Município tem um conjunto de participações em diversas entidades em que a informação não era atualizada em devido tempo porque essas entidades demoram muito tempo a disponibilizá-la, pelo que, no fundo, essas participações estavam estanques e não eram ajustadas. Referiu que com a introdução do “SNC - Sistema de Normalização Contabilístico” passou a haver a obrigação de ajustar anualmente, positivamente ou negativamente, as participações em função do resultado dessas entidades,



Fls. 413

pelo que foi necessário proceder a esse ajustamento; a necessidade de atualizar o regulamento municipal para a atribuição de apoios e subsídios de forma a garantir que os procedimentos internos definidos no regulamento são efetivamente cumpridos; uma outra obrigação que decorre da implementação do “SNC - Sistema de Normalização Contabilístico” é a necessidade de utilização da contabilidade analítica que permita a obtenção de uma série de informação quer sobre a receita, quer sobre gastos relacionados com determinadas atividades ou com a utilização de determinados equipamentos, e que melhora sobremaneira a utilidade das demonstrações financeiras.

Referiu que eram estas, grosso modo, as recomendações respeitantes à área financeira. Disse que algumas estão definidas com prioridades diferentes: aquelas que têm um sinal vermelho são as que consideram ser mais prioritárias a sua implementação, porque são aquelas em que há mais risco de distorção material das demonstrações financeiras; existem outras com aplicação média, são as que estão a amarelo, e as de aplicação mais diferida no tempo, que são as que têm o sinal verde.

Informou que também fizeram um conjunto de recomendações ao nível do urbanismo. Agradeceu ao Sr. Vereador que na apresentação fez um reparo que acolheram e corrigiram relativo a um lapso, ou seja, na primeira versão estavam identificados os nomes das pessoas, o que naturalmente não fazia sentido. Disse que incidiram muito na questão da simplificação de processos, na necessidade de continuar a informatizar o arquivo histórico (arquivos e processos a partir de junho de 2020 já se encontravam informatizados); definir melhor a questão das reclamações por forma a que grande parte seja analisada pelo departamento jurídico e não afete o trabalho do departamento de urbanismo; criar forma de no caso de procederem a pedidos de pareceres a entidades externas o processo seja feito de forma integrada na aplicação da “Medidata” com o “SIRJUE”, o que facilita o processo e leva a uma menor perda de tempo, porque senão têm de estar a carregar todo o pedido no “SIRJUE”; criar critérios para definir



quem é que tem acesso aos processos no arquivo físico, porque havia uma chave, mas todas as pessoas dos dois departamentos tinham acesso aos processos, e estabelecer a obrigatoriedade de registo de quem consulta os processos para que seja mais fácil de os localizar caso venha a ser necessário.

Informou que ao nível da contratação pública fizeram a análise 95 contratos que correspondem a cerca de 11.000.000,00€ e que encontraram não conformidades em 63 contratos, ou seja, sensivelmente 67% da amostra. Referiu que há uma retificação que tinha que fazer: houve um processo relacionado com a intervenção em vias que se degradaram em resultado dos incêndios, foi um procedimento de 2019, que por lapso da equipa não viram que tinha havido uma prorrogação da lei que abrangia também aquele período, pelo que feito esse reparo e reanalisada a questão, retiraram esse procedimento porque ele estava conforme.

Salientou que há situações em que houve despesa realizada sem ter sido cabimentada e sem ter sido criado o compromisso, ou seja, o compromisso e o cabimento só foram criados à posteriori, embora a realização dos serviços tivesse ocorrido antes; a adjudicação pelo menor valor sem avaliar a qualidade das propostas, ou seja, em três situações distintas houve empresas que apesar de terem ganho por terem oferecido o menor preço face ao caderno de encargos, depois demonstram que não têm capacidade para concretizar as empreitadas ou a prestação de serviço, o que levou à revogação dos contratos à posteriori; empresas que apesar de terem ganho por terem oferecido um menor preço face ao caderno de encargos exigido, depois não cumprem com o mesmo caderno de encargos, conforme é demonstrado em vários autos de fiscalização a alertar para a não conformidade dos trabalhos; empresas que apesar de terem ganho por terem apresentado um menor valor no decorrer dos trabalhos apresentam mais custos encargos adicionais, acabando por ultrapassar em vários casos aquilo que era o valor base dos concursos. Informou que houve uma situação de falta de comparência ao contrato; uma situação de não

apresentação de alvará para realização de obras públicas; a celebração de contrato com uma entidade que não possuía alvará suficiente para a realização da obra, tendo sido um processo que foi alvo de fiscalização por parte do Tribunal de Contas e sido depois revogado o contrato por mútuo acordo; uma situação de conflito de interesses em que as empresas convidadas para o procedimento de consulta prévia tinham relação entre si, uma delas tinha o controlo da outra; um convite a entidades para processos para os quais não poderiam ser convidadas, porque no ano económico em curso já teriam sido adjudicados contratos, pelo que não estavam em situação regular para esse efeito; 56 casos em que houve a criação de compromissos sem fundos disponíveis, sendo que mesmo em casos de situações de cofinanciamento existe a obrigatoriedade dos 15% por parte do Município, pelo que na opinião da equipa, mesmo nessa circunstância tem que se cumprir esse desígnio.

Concluiu a sua apresentação informando que só responderá a questões de natureza especificamente técnica, a questão política não é com ele.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que a 19 de julho de 2022 o atual executivo assinou um contrato com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Carmo & Cerqueira”, uma empresa que presta serviços de auditoria, fiscalidade e de consultoria de gestão e tem 18 anos de existência.

Referiu que o trabalho recaiu no período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2021, e foi efetuada uma análise orçamental, uma análise económica e financeira e uma análise aos procedimentos na área do urbanismo e da contratação pública efetuada pelo Município.

Realçou o espaço temporal deste trabalho, adjudicado que foi à mais de 587 dias, ou seja, mais de um ano e meio, e só agora é presente aos órgãos autárquicos.

Deu nota que na página 6 é dito que foram detetadas várias situações de incumprimento do “POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais” e do “SNC-AP - Sistema de Normalização



Contabilística para as Administrações Públicas”, como por exemplo, a atribuição de subsídios sem cumprirem o regulamento autárquico em vigor e a fundamentação da necessidade de algumas despesas efetuadas, questionando-se sobre a verdadeira necessidade da sua aquisição.

Referiu que relativamente à execução orçamental regista-se, neste período, e citou: “... uma prática sistemática de empolamento de receitas orçamentais, com baixos índices de execução e níveis de execução que rondam os 50 a 60% do orçamento previsto ... este facto substancia um incumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 56.º da Lei das Finanças Locais, uma vez que a taxa de execução da receita é inferior a 85% em dois anos consecutivos”.

Salientou que outro facto que merece preocupação em termos de obras municipais é o desfasamento que se regista entre a receção provisória de uma obra e a receção definitiva da mesma, podendo estar a falar-se de 6 meses a 2 anos; que não existe um controlo do stock daquilo que o Município possui; que não se faz inventário, o que conforme diz o relatório pode levar à, e citou: “... apropriação indevida de ativos”; que também é preocupante a ausência de controlo da dívida de clientes, tendo entretanto apurado que o atual executivo já terá implementado alguns procedimentos; que continua a não existir uma contabilidade analítica que poderá, entre outras coisas, permitir uma avaliação das políticas públicas.

Realçou que o relatório também reflete que as Normas de Controlo Interno aprovadas a 22 de abril de 2002 pelo executivo a que teve o privilégio de presidir, são as que estão em vigor. Disse que considerando os 22 anos decorridos, as alterações legislativas ocorridas, as novas competências e as sucessivas recomendações do Tribunal de Contas urge a sua revisão, facto que ao que apurou o atual executivo apresentará ainda este ano uma nova norma, conforme referiu a Sra. Vereadora Liliana Vieira na AM de 18 de dezembro de 2023.

Registou que a despesa corrente é sobretudo justificada pelas despesas com o pessoal e aquisição de serviços; que no ano das eleições de 2021 as



*Hb.*  
*Leal*

Fls. 415

despesas de capital aumentaram 101% face ao exercício de 2020; que as despesas com o pessoal representam neste período 25% a 30% da despesa total.

Salientou que apesar de muitos “velhos do restelo” só falarem no passivo, as contas do Município também têm ativos, e apesar de como diz o relatório não haver a garantia de todos os ativos estarem registados nas demonstrações financeiras em análise, realçava os mais de 30.000.000,00€ que o Município regista em terrenos e edifícios.

Salientou também que do relatório surge a informação de que contrariamente ao passado, que testemunhou, uma grande parte do ativo não está etiquetado, facto que esta auditoria diz ser, e citou: “... um incentivo à apropriação indevida dos mesmos”.

Referiu que na página 47, relativamente ao recurso apresentado pela “Marmoiral”, salvo melhor opinião, ele foi feito pelo autor da ação para o Supremo Tribunal Administrativo e não para o Tribunal Central Administrativo do Norte, como vem mencionado no relatório.

Deu nota que na área do urbanismo o relatório alerta para a morosidade na emissão de certidões, problema que pensa ser de fácil resolução; que existe alguma anarquia no acesso ao arquivo, porque todas as pessoas do departamento de urbanismo e da “DOMA – Divisão de Obras Municipais e Ambiente” têm acesso ao mesmo (não tinha essa ideia). Questionou se é verdade, ou não, que relativamente a este período o Município teve, ou tem em curso, uma inspeção da “IGF – Inspeção-Geral de Finanças”. Disse que não se referia apenas a inspeção presencial, uma vez que aquela entidade muitas vezes começa por enviar ofícios a solicitar esclarecimentos sobre assuntos do urbanismo e depois é que vem ao Município.

Referiu que na área da contratação pública o relatório refere que de 2017 a 2021 celebraram-se 342 contratos, desde ajustes diretos, consultas prévias e concursos públicos, num valor que ultrapassa os 15.000.000,00€, e destes a auditoria analisou 95 contratos, representando estes 11.000.000,00€; que de 2017 a 2021, em média, foram celebrados 68 contratos por ano, ou seja, 5



contratos por mês. Disse que esta situação é bastante problemática, dado que a auditoria deparou-se com contratos sem a despesa ter sido cabimentada e sem ter sido criado o compromisso; adjudicação pelo menor valor sem avaliarem a qualidade das propostas, como foi o caso da obra de requalificação do espaço envolvente à igreja de Real e Ponte das Travessas; a existência de autos de fiscalização a alertar para a não conformidade dos trabalhos adjudicados; empresas que ganharam obras pelo mais baixo preço, mas depois apresentam custos e encargos adicionais que ultrapassam o valor base dos concursos; adjudicação a empresas que não apresentam alvará; consulta a empresas que estão em conflitos de interesses, pois uma delas detém o controlo sobre as outras.

Realçou que há processos que contrariam as regras de boas práticas de gestão financeira, ou seja, a criação de compromissos sem fundos disponíveis à data; convites a entidades para concorrerem para os quais não poderiam ser convidadas (violando o n.º 2 do artigo 113.º do “CCP - Código da Contratação Pública”, dado que já lhes tinham sido adjudicadas obras no ano económico em curso ou em 2 anos económicos anteriores); a aquisição de serviços em agosto de 2017 e cabimento da despesa e do compromisso em dezembro do mesmo ano; violação do artigo 5.º da Lei dos Compromissos dos Compromissos, ou seja, assumiram compromissos que excederam os fundos disponíveis; obras que ultrapassaram os 13% do valor base do concurso.

Realçou também que a auditoria refere ainda que em 95 contratos analisados, 56 deles não tinham fundos disponíveis para a realização dos respetivos compromissos, apesar de na sua maioria existirem alertas da Divisão Financeira dirigidos ao Presidente da Câmara de então, que mesmo assim decidiu avançar. Referiu que como diz o relatório, e citou: “... a assunção de compromissos sem fundos disponíveis pode condicionar a sustentabilidade económico-financeira da autarquia”.

Resumindo, disse, há situações detetadas na auditoria que têm consequências legais, que demonstram violação da lei, nomeadamente da



Fls. 416

Lei dos Compromissos que, por exemplo, houve obras entregues e feitas por empresas que não tinham alvará para o efeito.

Defendeu que há muito trabalho para fazer em termos de organização municipal, esperando que o atual executivo e a AM tirem conclusões desta auditoria e a enviem para as entidades competentes.

Salientou que estão perante uma auditoria feita por uma empresa credível, contrariamente aquela que em 2011 o então Presidente da Câmara fez numa tentativa de “caça às bruxas” e que teve honras de primeira página num jornal e numa revista de dimensão nacional e participação à Polícia Judiciária; que na altura, para essa auditoria, contrataram um Advogado que “fez um fato à medida” para que o efeito que pretendiam fosse alcançado: denegrir a sua imagem e o seu bom nome.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPP)** usou da palavra para dizer que em relação ao aspeto gráfico do relatório, que em Castelo de Paiva existem belíssimas paisagens e fotografias que podiam amenizar uma leitura complexa e muito técnica do documento, por exemplo, num próximo relatório que fizessem colocar uma fotografia do antigo largo do Conde, do rio Paiva ou da Ilha dos Amores.

Relativamente ao relatório, referiu que teve muitas auditorias no âmbito da sua atividade profissional e quando surgia uma auditoria ficavam todos um bocado amedrontados, que originasse algumas consequências menos agradáveis.

Referiu que sobre a questão dos semáforos, 6 vermelhos, 6 amarelos, e um verde, o verde, referente à questão da contabilidade analítica, deveria ser vermelho, porque já foi dito várias vezes na AM que nas obras feitas pela Câmara Municipal não constam os custos relativos a transportes, com o pessoal, pelo que essa contabilidade já devia ter sido implementada (algo de que já se tinha falado quando o Dr. Gonçalo Rocha era Presidente da Câmara).

Deu nota que a auditoria é quase um trabalho de aconselhamento baseado em práticas que são comuns, certamente nenhuma delas com intenção



dolosa ou de aproveitamento, porque o concelho é pequeno, todos se conhecem uns aos outros, ou seja, conhece perfeitamente o Dr. Gonçalo Rocha, o Sr. António Rodrigues e o Sr. José Manuel Carvalho que considera serem pessoas sérias, pelo que não vê que seja beliscada a honestidade deles.

Referindo-se à análise orçamental da estrutura da receita e da despesa, páginas 26 e 27, disse que as contas não batem certas, ou seja, no ano de 2017 há uma variação de 600.000,00€ e no ano de 2020 há uma diferença de 30.000.000,00€; que no quadro da despesa a variação é mais pequena, mas também existem pequenos erros, pelo que numa auditoria as coisas têm que ser rigorosas também para quem aprecia o documento.

Referiu que os ativos fixos tangíveis são um problema desta Câmara Municipal que já se arrasta não do tempo do Presidente Paulo Teixeira, mas do tempo do Presidente Joaquim Quintas, do Presidente Antero Gaspar, passou para o Presidente Gonçalo Rocha e continua com o Presidente José Rocha, ou seja, a Câmara Municipal tem um património que desconhece. Disse que na freguesia de Real há os terrenos que seriam afetos à barragem do Seixo, terrenos que são pertença do Município, mas que este não sabe quais são e onde estão, pelo que gostaria que de uma vez por todas fosse resolvida essa questão.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que em 19 de julho de 2022 foi lavrado um contrato entre a Câmara Municipal e a empresa auditora e o serviço terá sido entregue em dezembro de 2023, um ano e meio depois, parecendo-lhes demasiado tempo para aquilo que estavam habituados ao tempo de averiguações de um serviço de auditoria; que querem acreditar que não seja uma “caça às bruxas”; que lhes fica a “cheirar a mofo” e a tardio o facto de no terceiro ano de mandato o executivo apresentar um documento desta índole, dado que é no primeiro ano, ano e meio, sensivelmente, que este tipo de assuntos são normalmente tratados. Referiu que tem uma dúvida sobre se este contrato de prestação de

serviços cumpre as regras da contratação inicialmente estabelecidas, nomeadamente o tempo de execução do serviço.

Deu nota que foram reparando através das intervenções e dos contatos que tiveram com os seus Vereadores que o documento entregue à Vereação é diferente daquele que foi entregue aos deputados municipais. Disse que entre essa reunião, e hoje, houve uma reunião de Câmara na passada sexta-feira, tendo questionado se o novo documento já foi entregue aos Vereadores; se eles também não deveriam apreciar o novo documento, uma vez que o que estão hoje a discutir é diferente daquele que foi discutido no órgão executivo. Referiu que lhes dá a sensação que é o facto de o documento ter sido escrutinado pela Vereação, e após o contraditório de vereadores e de intervenientes no público, que tenha originado a alteração, ou seja, abanaram um bocadinho e qualquer coisa partiu, o que pode criar a dúvida se abanarem mais um pouco o documento mantém-se ou pode cair por terra.

**O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD)**, usou da palavra para questionar o que é que o executivo vai fazer para corrigir as treze recomendações inscritas no relatório, porque pensa que o mais importante é uma vez detetadas as incongruências, há que as corrigir.

**O deputado Gonçalo Rocha (GMPS)** usou da palavra para dizer que estava nesta sessão na qualidade de deputado da AM depois de praticamente 2 anos em que não tem estado presente na vida ativa política local, sendo que não é com esta sua presença que isso signifique que vá acontecer, mas entendeu que não se deveria esconder face ao documento que hoje estão a analisar, bem pelo contrário, deveria dar a cara pelo projeto que teve a honra de liderar e repor aquilo que na sua perspetiva é a verdade dos factos.

Referiu que relativamente ao documento, não se trata de ter qualquer tipo de reserva relativamente à realização de uma auditoria, mas sim quanto à forma e quanto aos resultados que a própria auditoria apresenta. Disse que



vários desses aspetos já foram hoje escarpelizados e muito bem escarpelizados pelo Vereador José Manuel Carvalho na ultima reunião do executivo municipal, porque, objetivamente, é um trabalho que não tem conclusões: as conclusões extraem-se depois de haver um contraditório. Julga que há pessoas que estão a ser visadas que não tiveram oportunidade, na sua perspetiva, de se pronunciar e de fazer o devido contraditório, porque as inúmeras recomendações e falhas apontadas no documento, que na primeira versão que foi apresentada ao órgão executivo eram em maior número, e que sofreram sofreu algumas alterações e que hoje está na AM para conhecimento, não respeita aquilo que é o contraditório, ou seja, os serviços, e ele próprio, estaria disponível para esclarecer qualquer um dos aspetos que ali são suscitados.

Salientou que, em primeiro lugar, há uma base que tem que ser apresentada: sobre o ponto de vista financeiro, a Câmara Municipal mudou por completo a sua face com a gestão do PS ao longo de 12 anos, e isso é objetivo, inequívoco e inquestionável. Disse que aquilo que era a realidade do Município quando chegaram à Câmara Municipal era totalmente diferente, todos os relatórios de apreciação das contas que foram feitos pelo Tribunal de Contas em tempo oportuno sobre o nível da dívida, os juros de mora, os acordos de realização de dívida que mais não foram do que passar dívida de curto prazo para dívida de médio longo prazo que foram altamente reprovados pelo próprio Tribunal de Contas e que asfixiaram por completo a gestão municipal; que obrigou a fazer um plano de saneamento financeiro que depois originou um plano para ajustamento desse plano de saneamento financeiro para terem condições mais suaves e mais vantajosas até em termos de juros para a Câmara Municipal. Referiu que todo esse trabalho foi feito, há um gráfico que demonstra inequivocamente a avaliação desse trabalho, designadamente, uma baixa significativa da dívida do Município.

Deu nota que relativamente à dívida que estaria no top 10, está-se a falar de uma dívida de 100.000,00€, mas é uma dívida que tem uma expressão

residual, ou seja, objetivamente, em termos financeiros, “a montanha não pariu um rato, pariu uma formiga”; se falarem em termos de execução orçamental, está-se a falar de um problema que é antigo porque tinham que relevar aquilo que era a dívida do Município, tinha que ser acomodada e plasmada nos documentos financeiros da Câmara Municipal, o que lhes retirou capacidade financeira para fazer investimento; que juntando a isso, houve um período de 5 anos em que tiveram que amortizar um plano especial de pagamento da Direção-Geral do Tesouro de 3.500.000,00€, com maior incidência no período de 2017 e início de 2018, em que tiveram dificuldades em cumprir com tudo, mas cumpriram; mas tiveram uma questão chamada fundos disponíveis, que era a previsão da receita que tinham ao longo do ano para fazer face aos compromissos que estavam a realizar, sendo que ou deixavam de pagar à banca o serviço de dívida ou deixavam de pagar ao pessoal e os serviços essenciais para o funcionamento da autarquia, que foram corroborados por todos os elementos que os acompanhavam quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal.

Salientou que foi nesse pequeno período que tiveram dificuldades em conseguir fazer compromissos com os fundos disponíveis, algo que foi objeto de uma denúncia ao Tribunal de Contas pelos Vereadores da oposição de então e que recaiu sobre a sua pessoa e mais algumas pessoas que consigo trabalharam, mas assumiu essa responsabilidade a título pessoal, que pode dizer aqui hoje que pagou do seu bolso para a Câmara Municipal trabalhar, porque não tinha outra alternativa senão a Câmara Municipal paralisava; que no início desse ano faziam o cálculo dos fundos disponíveis para o ordenado dos trabalhadores, para pagar as despesas normais e obrigatórias de funcionamento e para pagar o serviço da dívida. Informou que no final do ano de 2017, através da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2018, deixaram de estar condicionados e obrigados a cumprir com esse reporte: foi isso o que aconteceu e está completamente abafado no relatório, sendo um pormenor de extrema importância.



Salientou que muitos dos que estão hoje na AM aprovaram em abril de 2018 as contas de 2017, e com o reporte ao Tribunal de Contas e à “DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais” deixou de ser obrigatório fazer esse reporte, conforme está referido no relatório; que mais grave do que isso, há processos que se diz que não cumpriam com os fundos disponíveis, por exemplo o Largo do Conde, sendo que o processo foi escrutinado e teve o “Visto” do Tribunal de Contas, ou seja, não está a ver qual é o incumprimento que foi praticado; que também se fala nos custos adicionais das obras, tendo referido que estão dentro dos parâmetros dos 20% e questionado qual é a ilegalidade; que é dito que o mais baixo não deveria ser critério, pelo que gostaria que lhe dissessem qual é o autarca deste país que entrega uma obra que não seja pelo mais baixo valor, porque não está a ver, inclusive, os funcionários, os responsáveis dos serviços a assumir essa responsabilidade, julgando também que não vai ser essa a prática de funcionamento de executivo municipal.

Sobre a questão dos alvarás, disse que são atualizados diariamente no portal do “Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.)”, todas as empresas do país que têm alvará com categorias e habilitações têm o alvará atualizado a todo o momento, pelo que os serviços têm a oportunidade de verificar online se a empresa tem, ou não tem. Disse que nos processos que são identificados, as empresas tinham alvará nesse momento, pelo que é uma questão que estava sanada; que todos os outros processos identificados no relatório foram sanados antes de serem concretizados, pelo que não vê qual é o interesse de estar reportada uma matéria desta natureza.

Referindo-se ainda à questão do mais baixo valor, referiu que no “CCP – Código da Contratação Pública” há uma premissa que não permite que não seja pelo mais baixo valor.

Realçou que os processos foram todos tratados em devido tempo. Disse que relativamente aos 56 processos que estão identificados no relatório (viu um a um), reconhecia que no período 2017/2018 tiveram essa dificuldade que

foi partilhada pelo órgão executivo e pela Assembleia Municipal, mas a partir daí não era obrigatório ter fundamentação sequer para a realização se não houvesse fundos disponíveis. Referiu que essa prática não veio mais a acontecer, sendo que verificaram que todos os processos que foram identificados foram reportados como uma falha, tendo defendido que não é uma falha, já que no extrato da contabilidade está referenciado que não tinham fundos disponíveis a essa data, mas poderiam ser realizados, porque ninguém acredita que obras financiadas no âmbito dos fundos europeus não pudessem avançar se, porventura, a questão dos fundos disponíveis inviabilizasse a realização desses investimentos. Salientou que é preciso ir à Lei do Orçamento de Estado para 2018 para verificar isso, está lá escrito taxativamente, e na própria informação da abertura do procedimento sobre a questão dos incêndios está lá plasmado que estava-se a cumprir na base da excepcionalidade que estava consagrada no âmbito daquela questão.

Salientou que o seu último mandato foi marcado pelos incêndios de 2017, pelo incêndio no “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas” e pela pandemia, ou seja, as pessoas que aqui estavam, sejam membros do executivo, sejam colaboradores municipais, tudo deram para resolver os problemas que existiam, porque eram muitos objetivamente não era fácil; que quando se fala no processo do passeio dos idosos, reconhece que não tinha compromisso, mas tinha cabimento e foi feito antes da sua realização, que é uma questão de pormenor, mas está lá; que esses processos já foram todos escrutinados e estão arquivados, também no Ministério Público; que foi lá responder com base numa denúncia e estão todos arquivados porque as despesas estavam enquadradas no que era o funcionamento do Município. Defendeu que, na sua perspetiva, a auditoria enferma de uma fragilidade muito grande, numa sustentabilidade muito frágil; que chega ao ponto de dizer que as receitas correntes não deveriam ser aplicadas nas despesas de capital, tendo questionado porque é que essa questão está plasmada no relatório, não lhe parecendo que fique bem num documento desta importância.



Deu nota que teve o cuidado de elencar, ponto a ponto, as ditas inconformidades, e explicar, uma a uma, tudo o que aconteceu, o que foi objeto de diminuição do impacto inicial da primeira versão. Referiu que com tanto tempo a fazer a auditoria tudo deveria ter sido verificado com “olhos de ver”, porque isso põe em causa o grau de confiança que tem de existir em toda a estrutura municipal e, sobretudo, respeito para com as pessoas; que hoje é somente por isso, pela defesa da honra, pelo orgulho que tiveram no trabalho que desenvolveram ao longo dos 4 anos e ao longo de todos os outros anos em que estiveram na Câmara Municipal.

Referiu que em relação a uma questão de 2011, que se recorda minimamente desse assunto, que foi suscitado com base em relatórios que os serviços fizeram, tendo o executivo feito o reporte às entidades; foi verificado pela “IGF – Inspeção-Geral de Finanças”, que teve o resultado que o deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) referiu, foi arquivado, mas foi suscitada a dúvida interna relativamente a esses processos.

Salientou que no dia 16 de outubro saíram com a consciência tranquila de que o trabalho que foi feito foi extremamente positivo, porque criou a “almofada” de que já se falou de 4.000.000,00€, e ainda bem que existe essa almofada; o quanto deve ser bom gerir uma Câmara Municipal com folga financeira, dado que tiveram muita dificuldade em conseguir responder a todos os desafios, a todos os compromissos que a Câmara Municipal tinha, mas deixaram muita obra iniciada, muitos milhões de investimento.

Concluiu, referindo que a auditoria merece uma nota negativa, deveria ser verificada em pormenor ouvindo os trabalhadores e, se quiserem, ouvindo-o também a ele.

**A deputada Vanessa Pereira (GMPSD)** usou da palavra para dizer que no âmbito das funções que desempenha, e que já desempenhou, teve a oportunidade de passar por duas auditorias, e o que lhe parece que marca a diferença entre este executivo e o executivo anterior é a forma como se tratam as coisas. Disse que a primeira auditoria pela qual teve a



*420*  
arred.

oportunidade de passar foi feita em 2010 pelo anterior executivo (naquela altura só era Vereadora há 5 meses) e nem sequer foi apresentada aos órgãos municipais para que pudessem dar os seus contributos, tendo-lhes sido dito numa reunião de Câmara realizada a 17 de maio que tinha sido feita uma auditoria e que estava terminada; foi posteriormente apresentada numa conferência de imprensa aqui nesta mesa e foi enviada uma carta para casa de todos os municípios a tecer comentários sobre a auditoria. Salientou que, felizmente, este executivo tem uma perspetiva diferente daquilo que são as funções públicas e os órgãos municipais, e em vez de fazer conferências de imprensa, trouxe o documento para conhecimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara referindo que espera que ele não envie uma carta para a casa de todos municípios a falar de auditoria, porque é nisso que o PSD é diferente.

Realçou que a empresa que fez a auditoria merece toda a credibilidade à semelhança de outras que tiveram no passado, pelo que a auditoria é feita por quem percebe de auditorias.

Realçou também que gostava de ter visto o mesmo empenho quando o relatório do Tribunal de Contas foi presente à AM, porque muitas das coisas que são plasmadas na auditoria estão referidas nesse relatório que versa sobre alguns dos factos, nomeadamente, no que diz respeito às contratações de serviços depois de eles terem ocorrido. Disse que na intervenção anterior foi dito que as contratações foram feitas para a manutenção do funcionamento da Câmara Municipal, mas na auditoria do Tribunal de Contas só foi fiscalizado o Festival das Gerações, o Passeio Séniors e o Baile dos Reis, e por isso é que foram detetadas não conformidades que nesta auditoria também foram detetadas, ou seja, eram contratados serviços depois de já terem acontecido, e eram feitos vários procedimentos com fundos disponíveis negativos, ou seja, na altura o Município não tinha capacidade para fazer esses cabimentos e compromissos que são obrigatórios por lei, o que era uma violação da lei.



Referiu que no relatório do Tribunal de Contas há uma frase que diz, e citou: "... importa referir que a proibição da ultrapassagem dos fundos disponíveis, ou seja, importa referir que fazer alguma despesa com fundos disponíveis negativos, constante no artigo 5 número 1 da LCDA, e do artigo 7 número 2 do Regulamento da LCDA, é uma estatuição com natureza imperativa, prevalecendo sobre qualquer outra norma legal ou convencional, especial ou excepcional que disponha no sentido contrário". Ou seja, referiu, o Tribunal de Contas dizia claramente que não é permitido fazer despesa com fundos negativos, sendo também referido no relatório, e citou: "... era reconhecido pela pessoa que fez o contraditório essa infração dessa lei".

Deu nota que alguns dos presentes estão nestes cargos há muitos anos, e é importante referir que eles muitas vezes não gostam de ser tratados de uma forma, mas no passado já trataram outros da forma que não gostam de ser tratados, e o ditado diz "não faças aos outros aquilo que não gostas que façam a ti". Referiu que o anterior Presidente da Câmara disse que gostava de ter sido ouvido no contraditório, mas no passado, se calhar, não ouviu ninguém no contraditório; que gostava de ter alguma opinião sobre o que fez, mas no passado não ouviu ninguém sobre o que fez, pelo que pôr em causa um relatório que é feito pelos técnicos porque não veio de encontro àquilo que pretendiam é mais complicado do que isso, porque esta auditoria de apuramento de responsabilidade financeira no âmbito dos contratos de aquisição de serviços que também foi feita pelo Tribunal de Contas, diz exatamente o que diz a auditoria feita por esta empresa: foram feitos cabimentos e compromissos depois das coisas acontecerem; que foram feitas coisas com fundos disponíveis negativos algo que não é permitido em termos financeiros, e que isso é um facto que está escrito na auditoria.

Realçou que lhe dizem que a auditoria foi bem feita e não lhe parece que tenha sido uma "caça às bruxas"; que a auditoria foi feita para perceberem o que está mal e para poderem corrigir; que o PSD não disse nada quando a auditoria do Tribunal de Contas veio à AM, porque não adianta estarem a

falar do passado, o que interessa é perceberem o que está mal, corrigir o que está mal e tentar perceber de que forma é que podem andar para a frente; é perceber que se calhar quem errou podia, ou não, saber que estava a errar; é perceber que, se calhar, quem o fez, não fez com esta ou aquela intenção, mas o relatório do Tribunal de Contas diz que quem o fez foi avisado para não fazer e, mesmo assim, decidiu fazer.

Referiu que comprehende que o anterior Presidente da Câmara tenha a necessidade de se defender, achava que na altura em que o relatório do Tribunal de Contas veio à AM também ia estar presente e ficou espantada por não estar, porque esse, se calhar, era mais gravoso e, se calhar, com mais necessidade de se defender, mas afinal de contas a auditoria era mais complicada e mais difícil, quando o do Tribunal de Contas diz coisas que a auditoria não diz.

Salientou que estão perante uma auditoria que escarpeliza procedimentos, que refere que procedimentos estão mal e quais os que estão bem, e acha que devem ter algum pejo quando põem em causa algumas questões, porque são todos profissionais e também não gostam de ser postos em causa, pelo que não põe em causa pessoas que têm mais competência do que ela na área financeira, da mesma forma que não autoriza que a ponham em causa na sua área profissional.

Concluiu, referindo que devem olhar para este documento como um documento de trabalho e não para espiar os males.

**O deputado Gonçalo Rocha (GMPS)** interveio novamente para dizer que não tinha noção que o relatório do Tribunal de Contas tinha vindo à Assembleia Municipal para conhecimento, mas se tivesse tido conhecimento teria tentado, dependendo da sua agenda, estar presente para falar sobre o mesmo.

Referiu que ouviu a intervenção da deputada Vanessa Pereira (GMPSD) que o acompanhou no executivo municipal durante vários anos e não se pode passar uma esponja: parece que são tudo boas intenções, que está tudo bem, que está tudo direitinho, mas não, há coisas que estão escritas nesta



versão, e na anterior, que têm muita importância. Disse que, provavelmente, por se ter desvalorizado noutros tempos é que as coisas correram menos bem ou correram mal, pelo que valoriza o que está no relatório, dai continuar a insistir que nos itens que estão referenciados no âmbito da contratação pública, com exceção de 5 ou 6 procedimentos que estão dentro desse período de que falou há pouco, os outros não tinham que estar, está mal: o Passeio dos Idosos tinha cabimento antes da realização da iniciativa, não tinha o compromisso porque tinham que pagar a dívida senão chegavam ao final desse ano e entravam em incumprimento; como não entraram em incumprimento, porque baixaram os indicadores, no ano seguinte ficaram libertos desse constrangimento.

**O Sr. Presidente da AM** deu a palavra ao Dr. José Carmo para dar resposta a algumas questões que foram colocadas. Disse que depois, se houver necessidade, farão uma segunda ronda mais curta de 5 minutos, no máximo, por cada pessoa.

**O Dr. José Carmo**, referindo-se à intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT), referiu que já teve a oportunidade de demonstrar que não se atingiu os 85% nos anos todos, ainda é uma situação que persiste, é uma não conformidade.

Referiu que relativamente à situação dos semáforos, a lógica do verde, vermelho e amarelo não quer dizer que uns são para implementar e outros não, ou seja, na opinião da equipa são todos para implementar: os vermelhos são mais prioritários, o verde é uma situação que é para implementar, mas estabelecendo prioridades, não é tão urgente.

Informou que há uma alteração ao documento que tem a ver com uma situação objetiva que foi discutida na reunião de Câmara. Disse que foram verificar e, efetivamente, a lei tinha sido prorrogada, pelo que concordaram em retirar o ponto; que houve uma situação concreta referida pelo Sr. Vereador do PS relativamente aos nomes, pelo que retiraram os nomes das pessoas.

Salientou que continuam a dizer que há uma não conformidade na questão da assunção de compromissos quando existem fundos negativos, o que não significa necessariamente que seja uma ilegalidade e que não possa haver motivos de exceção, mas como auditor não pode dizer que não é uma situação que mereça atenção e que deva ser assinalada.

Salientou também que quer na situação dos alvarás, quer, por exemplo, na questão do Passeio Sénior, o próprio Tribunal de Contas faz menção à situação, pelo que mais uma vez é uma não conformidade. Insistiu que o relatório está vocacionado para situações de não conformidade que devem ser corrigidas e melhoradas para futuro.

Realçou que continuarão a existir situações em que, porventura, a adjudicação será feita pelo menor valor, mas continuará a ser uma não conformidade, referindo que a equipa visa exclusivamente procedimentos, não visa pessoas, pelo que é um relatório de melhoria continua e que aponta um conjunto de situações que, na sua opinião, devem ser retificadas para futuro e que não têm necessariamente a ver com a pessoa a com A, B ou C.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que em relação à intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT), já foi dito que o relatório da “IGF – Inspeção-Geral de Finanças” deu origem a um relatório do Tribunal de Contas que veio a conhecimento da AM.

Realçou que o empreiteiro que fez a obra em Real com o atraso que se conhece nunca mais trabalhou com o Município de Castelo de Paiva, tendo-lhe sido aplicada a respetiva coima pela entrega da obra fora do prazo.

Realçou também que o preço pode não ser o melhor critério, mas politicamente é muito difícil defender os chamados “critérios materiais”, pelo que, por uma questão de gestão política, essa é a opção do seu executivo. Reiterou que se trata de um relatório técnico em que o executivo nada teve a ver com a sua elaboração.



Confirmou que há uma lacuna ao nível do património que já vem de há muitos anos. Disse que estão a tentar regularizar com os meios humanos da Câmara Municipal tudo o que é património móvel e imóvel, inclusivamente, algum património que não esteja inscrito no registo predial, sendo que é um trabalho que demora o seu tempo porque trata-se de muitos bens móveis e imóveis.

Referindo-se à intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS) que esta versão do relatório foi disponibilizada no link dos documentos para a presente sessão.

Referiu que em relação às recomendações que foram elencadas, sendo um documento de trabalho é vontade do executivo aplicar todas essas recomendações.

Realçou que sempre se pautou por uma forma diferente e transparente de fazer política. Referiu que enquanto Vereador solicitou documentos que não lhe fizeram chegar ao longo de 4 anos, mas quando lhe foi solicitado para na qualidade de ex. Presidente de Câmara consultar toda a documentação autorizou esse pedido, facultou todos os documentos que entendeu por bem consultar nos serviços municipais por duas vezes, porque essa é a sua forma de estar na política, não há relatórios encomendados, não há nada a esconder.

Referindo-se ao que estava menos bem na primeira versão do documento, disse que no seguimento da apresentação do mesmo na reunião de Câmara, foi pedido à equipa técnica que acompanhou e elaborou o relatório que se houvesse algum erro que fizessem a devida correção, tal como foi feito.

Concluiu, realçando que este é um documento técnico, um documento de trabalho, não há nenhuma “caça às bruxas”.

**O Sr. Presidente da AM** dirigiu-se ao deputado Gonçalo Rocha (GMPS) para dizer que no que diz respeito à Mesa e a ele próprio, todos os documentos que são de conhecimento do Presidente da AM são igualmente do conhecimento dos deputados, são dadas cópias e permanecem permanentemente à sua disposição. Disse que essa é também uma nota de

diferença que têm transmitido aos Paivenses no sentido de que a quem está no papel de fiscalizar a atividade do Município, enquanto membros da AM, são dadas todas essas condições, têm sempre acesso a essa documentação, não obstante já ter havido queixas para a “CADA – Comissão de Acesso a Dados Administrativos” sobre a sua atuação, tendo o processo sido arquivado de imediato, porque nisso a Mesa tem sido exemplar, não obstante os inúmeros requerimentos que chegam à Mesa entre cada AM mas, dentro das possibilidades, dão sempre resposta correta e o mais detalhada que é possível.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** interveio novamente para dizer que em relação ao contraditório de que agora se falou, em 2011 tentou (está na ata da reunião de Câmara) fazer o contraditório, mas o deputado Gonçalo Rocha (GMPS) não autorizou que o exercesse naquele assunto de que falou há pouco; por outro lado, no ano em que o deputado Gonçalo Rocha (GMPS) venceu as eleições autárquicas, o próprio era Presidente da Câmara, e a autarquia recebeu o relatório da então “IGAL” que tinha estado na Câmara Municipal em 2007/2008 a analisar vários anos relativamente a processos de urbanismo e de obras públicas, tendo citado algumas linhas das conclusões desse relatório: “... constatou-se um elevado grau de cumprimento dos normativos legais, quer na fase de tramitação administrativa, fase da abertura do concurso até à celebração do contrato, quando legalmente exigido, quer relativamente à parte técnica, desde a consignação até à receção definitiva ... os serviços técnicos municipais que têm responsabilidade no lançamento dos procedimentos concursais nesta área encontram-se bem organizados e dirigidos, podendo considerar-se um bom exemplo de rigor quanto ao conhecimento técnico-legal da matéria.” Salientou que em 1998, quando chegou à Câmara municipal no dia 17 de janeiro, alguém tinha ido nesse dia a Lisboa buscar 100.000,00€ para antecipar terreno da zona industrial de Lavagueiras e para pagar o terreno onde está a escola EB2/3.



Informou que apuraram 15.000.000,00€ de dívida e centenas de processos de expropriação, faturas sem cabimentação, faturas sem contrato, faturas sem confirmação, faturas não contabilizadas.

Realçou que é gratificante que na página 32 do tão falado Relatório do Saneamento Financeiro, nunca tendo negado que deixou dívida, está escrito, e citou: “... a dívida deve-se a investimentos estruturantes no Município na área da educação, na área do desporto, na área da saúde ...”. Disse que são investimentos que ficaram para o futuro.

Referiu, que ele saiba, não foi construído num pavilhão no tempo do Dr. Rocha; este não teve que assumir despesas, como o seu executivo teve que assumir, no troço da variante entre Pedorido e as Lavagueiras, bem como outras expropriações que lhes saíram bem caras e que puseram em causa o Município.

Salientou que no dia em que chegou a decisão do processo expropriação do Couto Mineiro elaborou a carta de demissão, porque não tinham dinheiro para pagar salários; que os terrenos do Couto Mineiro são um escândalo e deram cabo das finanças municipais: se não fosse o Dr. Eduardo Cabrita não teriam tido dinheiro para pagar aos funcionários municipais.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPPM)** interveio novamente para dizer que em momento algum pôs em causa a competência dos auditores.

Referiu que a maneira Paivense de fazer política, que já é tradição, é a de estar sempre a recordar e a puxar as coisas do passado, pelo que propunha à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal que uma vez concluído o processo relativo a este relatório, se considere a questão fechada e não se ande sempre a puxar o passado para justificar coisas do presente.

Recordava que aquando do debate realizado nesta sala com os candidatos à Assembleia Municipal, ele dirigiu-se ao PSD e disse que havia um político que eles acarinham e de quem gostam muito, que disse que passados seis meses depois da tomada de posse não há motivo nenhum para invocar os que estiveram no passado, esperando que de hoje por diante se faça isso.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** usou da palavra para saudar o técnico que está a prestar esclarecimentos.

Deu nota que não percebe porque é que estando em discussão o “relatório do semáforo” (sem ofensa, têm direito a batizar as coisas) se descambou na discussão das questões que já foram referenciadas, como o relatório do Tribunal de Contas e outras matérias que não têm nada a ver; que se focaram questões que ocorreram há décadas, mas estão aqui para discutir 2017 a 2021.

Referiu que foi dito, não sabe será o Sr. Presidente da Câmara a responder ou se será o auditor ...

**O Sr. Presidente da AM** interrompeu a intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPS) para dizer que já não estão na fase das perguntas, que essa fase já passou.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** retorquiu que aquilo que ouviu foi que iria haver uma segunda ronda para, na sequência das intervenções que foram efetuadas, nomeadamente pelo auditor, colocarem as suas dúvidas, e como ficou com dúvidas parece-lhe legítimo que as coloque.

**O Sr. Presidente da AM** respondeu que o que estava a dizer é que o técnico fez a sua explanação; a seguir foram colocadas questões; ele respondeu às questões e agora estariam na fase de obtenção de esclarecimentos relativos a alguma questão que não tivesse sido respondida. Disse que o deputado Rocha Pereira (GMPS) podia continuar com a sua intervenção.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** retorquiu que o Sr. Presidente da AM é pouco dado à democracia.

Referiu que foi dito que o trabalho relativo à elaboração do relatório demorou 589 dias, tendo questionado a razão dessa demora que considerou inexplicável; qual, ou quais, as razões que determinaram essa demora.

Deu nota que foi referido um indicador importante que é a questão do valor patrimonial no montante de 30.000.000,00€, tendo questionado se esse valor está a incluir, ou não, o parque escolar.



Referiu que foi aqui dito que não houve respeito pelo contraditório, tendo questionado se no desenvolvimento do trabalho foram ouvidos os funcionários do Município, bem como os autores materiais dos atos que foram praticados, ou seja, os políticos.

Concluiu, questionando se podem falar de existência de matéria suscetível de eventual responsabilidade criminal por parte dos “inspecionados”, ou não.

**A deputada Vanessa Pereira (GMPSD)** interveio novamente para dizer que subscrevia o conteúdo da intervenção do deputado Jorge Quintas (GMMMP) quando disse que têm de olhar para a frente. Disse que foi assim que começou a sua intervenção, e que foi aquilo que disse quando o relatório do Tribunal de Contas veio à AM (que não era de há dez anos, versa sobre os mesmos factos do período da auditoria), que nessa altura eles (GMPSD) nem sequer abriram a boca, sendo que, se calhar, esse relatório dizia coisas que mereciam que abrissem a boca.

Referiu que foi dito que uma coisa é complicada quando se diz que não se conhecem os procedimentos, mas mais complicado, no seu entender, é quando se conhecem os procedimentos, se é alertado que se está a fazer mal e se continua a fazer mal.

Concorda que têm de olhar para o futuro e perceber que o que foi feito para trás já foi escalpelizado, mas muitas das vezes fazem-no em resposta àquilo que é dito sobre a atuação do executivo; que o que referiu foi apenas uma comparação sobre a diferença de atitude entre duas auditorias que presenciou nos tempos em que tinha exercido funções enquanto Vereadora e enquanto deputada na AM.

Realçou que não podem tratar as pessoas de uma forma e depois esperar que elas os tratem de outra, e isso é uma lição para todos.

Reiterou que se trata de um documento de trabalho para perceberem o que está mal e o que podem fazer bem.

**O deputado Gonçalo Rocha (GMPS)** usou novamente a palavra para dizer que não se trata de tratar mal ou de estarem a estabelecer termos

comparativos. Disse que veio preparado exclusivamente para debater o documento em análise, mas não tem receio em debater tudo o que está para trás, porque falou-se de 15.000.000,00€, mas pode dizer que eram 5.000.000,00€, mas não vai voltar a esse tempo para estar a escandalizar, porque tem muita informação a esse propósito.

Insistiu que a auditoria continua a plasmar erros grosseiros (as coisas têm que ser ditas com todo o respeito que tem por toda a gente) e não acautela a legislação em vigor, porque na Lei do Orçamento de Estado que foi publicada no dia 29 de dezembro de 2017, o artigo 82.º, na alínea 5.ª e 6.ª, refere que a partir do momento em que estivessem aprovadas as contas do ano de 2017, que foram aprovadas em abril de 2018, e por força do cumprimento das metas da redução da dívida municipal (esse é um facto essencial, bem como o PMP - Prazo Médio de Pagamentos) o Município ficava liberta desse constrangimento, e citou: "... *em 2018 são excluídos do âmbito da aplicação da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, ambos na sua redação atual, os municípios e as freguesias que a 31 de dezembro de 2017 cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à "DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais" e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013 de 13 de setembro, na sua redação atual.*" Referiu que a alínea 6 daquele artigo diz que, e citou: "... *a exclusão a que se refere o número anterior produz efeitos após a aprovação dos documentos da prestação de contas e a partir da data da comunicação à "DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais" da demonstração do cumprimento dos referidos limites*", algo que cumpriram, pelo que quando se evoca aquele número tão elevado de processos, grande parte desse número foi reduzido a meia dúzia deles, é disso que está a falar, não é infração se cumpre com a legislação, não podem abafar a realidade, que é isso a que está a assistir.

Salientou que têm que ser responsáveis pelos documentos que têm à frente, e depois de analisados constata que estão de acordo com a lei, e é isso que



vale. Referiu que ainda tem memória e isso ocorreu-lhe de imediato quando foi confrontado com a primeira versão, não só na questão dos incêndios, mas também a alteração da alínea no relatório de auditoria; que foi feita uma retificação do conteúdo do texto a propósito dos 56, porque não há uma violação, não tinha que estar lá exposta essa questão de uma fragilidade, até porque lá consta o extrato da conta que se tira da aplicação e apesar de lá constar que tem fundos negativos isso não produz efeitos práticos em termos de ilegalidade.

Referiu que apesar de já não estar na Câmara Municipal, o atual executivo também teria fundos disponíveis negativos no final do ano de 2021, sendo que não está a dizer que também estão em incumprimento ou a cometer ilegalidades, está-se a cingir à matéria de facto.

Deu nota que o que está no relatório do Tribunal de Contas foi despoletado a partir de uma denúncia e está classificada como um indício; que se está a falar de uma coisa que se chama previsão de receitas, porque nunca incumpriram com os fornecedores, com o “PMP - Prazo Médio de Pagamentos” nem com os limites de endividamento, continuaram a pagar o serviço da dívida, continuaram a adquirir bens para a Câmara Municipal poder funcionar, a pagar os seguros, sendo que, no fundo, sustentou pelo seu punho que a Câmara Municipal pudesse funcionar perante os constrangimentos formais que lhes estavam a ser colocados.

**A Vereadora Liliana Viera** usou da palavra para responder a uma questão colocada pelo deputado Rocha Pereira (GMPS) sobre o património. Disse que o que está refletido no documento ao nível do património entre 2017 e 2021 não poderia refletir o valor do parque escolar, porque o Município só rececionou as escolas no ano de 2022, sendo que ainda há situações para regularizar. Referiu que o balanço patrimonial do Município está totalmente desatualizado e desajustado da realidade, esperando conseguir no final de 2024 ter o processo do património ainda não totalmente atualizado, mas mais próximo da realidade do Município.

Realçou que parece que hoje em dia é um crime ter 4.500.000,00€ de saldo de tesouraria na Câmara Municipal. Disse que se o saldo existe é porque foi feito um grande exercício financeiro da parte do executivo ao longo dos últimos dois anos, porque quando chegaram à Câmara Municipal havia dinheiro, mas também havia muitas contas para pagar, e nunca veio para a AM dizer que havia isto ou aquilo para pagar, apesar de ainda hoje andar a analisar faturas de entidades parceiras relativas a 2015 que têm para liquidar. Referiu que quando se inicia um exercício económico analisa-se quais são as responsabilidades permanentes que têm de acompanhar junto de outras entidades, e depois analisam aquilo que é, ou não, prioritário para o Município.

Concluiu, referindo que em breve o Município terá muito por onde gastar o dinheiro.

**O Dr. José Carmo** usou novamente a palavra para esclarecer que para eles, equipa de auditoria, patrimonial é no fundo o capital próprio, ou seja, a diferença entre ativo e passivo que, por acaso, também é de cerca de 30.000.000,00€, achando que o deputado Rocha Pereira (GMPS) se estaria a referir aos ativos fixos tangíveis, tendo ai a Vereadora Liliana Vieira respondeu bem relativamente à situação do parque escolar no sentido de ainda não integrar o período temporal da auditoria.

Sobre o custo da auditoria, respondeu que foi de 17.500,00€ e abrangeu o período de 5 anos.

Referiu que relativamente ao prazo de execução que o período em causa era de 5 anos, era muito tempo, foram vários procedimentos, muitas horas de trabalho, e apesar de terem tentado resumir obtiveram um documento de quase 80 páginas. Disse que consultaram os serviços municipais e os procedimentos, tendo realçado que este trabalho versa sobre a análise de procedimentos nos quais foram identificadas situações de conformidade ou não conformidade, pelo que não há contraditório, nem faria sentido.

Referindo-se à situação descrita pelo deputado Gonçalo Rocha (GMPS), disse que não ia entrar na interpretação da lei no sentido em que o próprio



Tribunal de Contas referiu um processo de 2018, mas independentemente disso, como auditor, tem de seguir regras de boa gestão financeira, versam sobre boas práticas e sobre o que é o julgamento profissional da equipa, pelo que não visam pessoas, visam procedimentos.

Salientou que uma situação com fundos negativos era como pedir-lhe que nenhuma certificação de uma empresa como uma situação líquida negativa ele não referisse isso, pelo que se essa situação se mantivesse no ano de 2022 também seria uma não conformidade.

Salientou também que não são polícias nem tribunais, são auditores, detetam conformidades e não conformidades, sendo que umas terão mais implicações legais do que outras, e outras nem terão implicações legais nenhuma, como por exemplo, o não respeito do regulamento do Município.

A AM tomou conhecimento.

**8.2. Compromissos Plurianuais – 4.º Trimestre de 2023.**

A AM tomou conhecimento.

**8.3. Declaração de compromissos plurianuais a 31.12.2023.**

A AM tomou conhecimento.

**8.4. Declaração de recebimentos em atraso a 31.12.2023.**

**O deputado Paulo Teixeira (GMMPP)** usou da palavra para realçar o montante de 350.000,00 de valores a receber, sendo que a água e o saneamento representam uma percentagem elevadíssima deste valor. Disse que é uma situação preocupante que pode ser reflexo de uma crise social eminente.

A AM tomou conhecimento.

**8.5. Declaração de pagamentos em atraso a 21.12.2023.**

A AM tomou conhecimento.

**8.6. Relatório de Atividades da CPCJ de Castelo de Paiva – 2023.**

Presente o relatório referido em título que ficará arquivado na pasta anexa à presente ata.

**O deputado Paulo Teixeira (GMMPM)** usou da palavra para dizer que quando a “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens” foi criada em 2004 nunca pensou, na altura na qualidade de Presidente da Camara, na importância que este órgão hoje teria no nosso quotidiano.

Referiu que a atividade da comissão em 2023 é impressionante: foram 45 reuniões restritas e 12 alargadas.

Informou que teve oportunidade como membro da AM e como município de participar em algumas atividades realizadas em 2023, estando aquela comissão de parabéns.

Salientou que no relatório preocupa-o o facto de existir um número significativo de crianças do ensino regular que têm processo na “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens”, 39 processos, num total de 117 casos, sendo que desses 117 casos, 92 referem-se a jovens com menos de 17 anos, o que é preocupante.

Deu nota que em 2023 foram executadas 144 medidas cautelares, 68 das quais instauradas ou reabertas, o que é também um facto que os deve preocupar e merecedor de uma profunda reflexão, tendo sugerido quer à Sra. Presidente da “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens”, quer ao Sr. Presidente da AM de informalmente, sem ser uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal, promoverem um debate, porque ainda hoje foi confrontado com várias situações que já foram à “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens” que vão levar a que muitos pais do concelho tenham de ir ao Tribunal acompanhar os seus filhos, porque são os filhos que vão depor, já não são os pais de crianças menores de 13 anos.

Portanto, agora passar por estarmos na, estamos no 4 ano, passamos para outro. 5 declarações de pagamentos em atraso no Time de 2023. 8.6 boa tarde atividades da CCJ que são pago 2023.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPM)** usou da palavra para dizer que a hora já vai adiantada, já passa da meia-noite, é o problema de marcar as reuniões da AM para esta hora, não significa a AM, é algo que tem que ser



revisto. Disse que ninguém está já a prestar atenção a um ponto tão importante como este.

Salientou que as crianças do concelho são uma responsabilidade de todos, não são só uma responsabilidade da Câmara Municipal e da “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens”, e ainda bem que existe esta comissão.

Referiu que leu o relatório e constatou que o abandono escolar subiu de 6% para 8%, pelo que questionava a Presidente da “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens”, Professora Giselda Neves, ou a Vereadora Liliana Vieira, se no caso de Castelo de Paiva se verificou algum abandono precoce da escola ou se se mantém o mesmo nível de frequência, uma vez que foi dito na sessão da AM sobre a educação que não havia abandono escolar nas escolas do concelho.

**O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para dizer que relativamente à condução dos trabalhos da Mesa, foi sob proposta do GMPS com os votos a favor do GMMPM, que foi decidido dar na sessão de hoje mais 15 minutos ao período de antes da ordem do dia, e que além disso o Regimento diz que as AM, em dias de semana, devem ser marcadas para período pós-laboral. Disse que inicialmente marcava as AM para as 20:30h, agora marca para as 20:00h, tendo realçado que hoje chegou às 20:00h e ainda não estava ninguém, pelo que estranha que se queixem que as sessões terminem mais tarde, sendo que é da opinião que tiveram uma discussão saudável e democrática sobre vários pontos de interesse para o Município mas, como dizia o seu anterior Presidente da Assembleia Municipal, estão aqui para trabalhar.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que perdem mais tempo com apartes e com justificações do que com a essência daquilo que os faz vir à AM através de uma convocatória ...

**O Sr. Presidente da AM** interrompeu a intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS) para dizer que era muito bonito o que o referido deputado estava a dizer, tal como várias pessoas irem ao púlpito durante a AM dar

Fls. 628

apartes à Mesa, e depois acharem estranho que a Mesa responda aos apartes que lhe dirigem; que acabou de ser dito pelo deputado Jorge Quintas (GMMPM) que estão numa AM às 00:51h porque o Presidente da AM cumpre o Regimento; então alterassem o Regimento, disse, mas não venham dizer que as AM terminam tarde por culpa do Presidente da AM, quando foi o único que estava aqui à hora marcada; que se tenta cortar tempo dizem que não é um democrata, se dá muito tempo a AM acaba muito tarde...

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** retomou a sua intervenção referindo que registava o desagrado do GMPSD, agora confirmado pelo Sr. Presidente da AM, que mais 15 minutos de intervenção dos deputados poderá ser interpretado como um constrangimento ao bom funcionamento da AM.

Questionou a Presidente da “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens”, Professora Giselda Neves, quais são os principais constrangimentos ou condicionamentos que sente que possa ter no exercício das suas funções, e de que forma é que os deputados da AM, enquanto autarcas, podem contribuir para o suprimento dessas lacunas.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPM)** interveio novamente para dizer que sempre se debateu na AM pela liberdade de expressão e pelo tempo que os deputados precisam para se expressar, pelo que o facto de ter votado favoravelmente a extensão dos 15 minutos deve-se ao que aconteceu nas AM anteriores. Disse que, felizmente, há muitos deputados que se inscrevem no período antes da ordem do dia e se o fazem para alguma coisa é, certamente que não é para chatear o Sr. Presidente da AM, mas sim porque são assuntos sérios que necessitam de ser debatidos.

Justificou que votou favoravelmente a extensão dos 15 minutos para alargar certas intervenções, tendo realçado que são muito poupados no tempo, que o GMMPM faz uma belíssima gestão do tempo, apesar de ser o único grupo cuja totalidade dos seus deputados intervêm, dão o seu



contributo, e que não é por ter dado mais 15 minutos que a AM vai com 55 minutos a mais.

**A deputada Giselda Neves (GMPS)**, na qualidade de Presidente da “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, usou da palavra para dizer que o tempo já vai adiantado e espera que da próxima vez que o relatório venha à AM tenham tempo útil para o expor, até por respeito pelas seis pessoas que trabalham diretamente na comissão com as crianças e com as famílias.

Informou que em 2023 tiveram 148 crianças, o que significa quase todos os alunos do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, pelo que é um trabalho grande, porque não é só com as crianças, mas também com as famílias.

Informou que a violência doméstica continua a ser um grande problema do concelho ultimamente temos alguns problemas.

Respondendo à questão colocada pelo deputado Paulo Teixeira (GMUCPT), referiu que há processos diferentes e não tem a ver com certo de ensino regular ou outro ensino qualquer, são comportamentos de jovens que por terem uma idade compreendida entre os 12 e os 16 anos e não poderem responder criminalmente, acabam por ter os processos tutelares educativos, porque cometem ações que se tivessem mais de 16 anos eram consideradas crime: a agressão, o furto, o insulto ao professor, o vandalismo, são comportamentos que podiam ser criminalizados se tivessem mais de 16 anos, sendo que, e bem, a Senhora Procuradora está a instaurar os processos tutelares educativos para chamar estes jovens a Tribunal e dizer-lhes que o que eles estão agora a fazer é mau, e que se o fizerem a partir dos 16 anos respondem criminalmente. Referiu que isto dá um trabalho muito grande às famílias, têm de ir para a reinserção e para os serviços prisionais de Penafiel, mas têm de trabalhar com isso.

Informou que, infelizmente, têm dois ou três casos de problemas relacionados com comportamentos sexuais, o assédio sexual e o abuso sexual. Disse que as comissões tratam apenas da parte da promoção dos

direitos, sendo que a parte criminal está no tribunal de Santa Maria da Feira.

Informou também que estão a ter crianças, bebés, que são a ser sinalizadas pelos hospitais e que às vezes ficam retidas durante um ou dois meses porque não têm alta social. Referiu que isso se relaciona muitas das vezes com problemas que as famílias não conseguem resolver, designadamente, a falta de casa, casas sem condições, dificuldades económicas e outros problemas. Deu nota que ficou a pensar se foi a comissão a responsável pelo aumento dos custos com a "Via Verdes", porque deslocaram-se a Castelo Branco e a Mangualde no mês de dezembro. Disse que não têm culpa nenhuma, porque como pertencem à região Centro as convocatórias de Lisboa mandam para concelhos daquela região.

Informou que tiveram há pouco tempo uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara e com a Vereadora Liliana Vieira para aferir da possibilidade de introduzir melhorias na atuação da comissão.

Referiu que articulam muito bem com o Dr. André Pimenta a questão das viaturas, que por norma são pedidas para a quarta e sexta-feira à tarde, sendo que quando surgem situações de urgência o Município, por lei, é obrigado a facultar-lhes os meios necessários.

Informou que a comissão tem dificuldades de fundo de maneio que vão tentar solucionar e que ao nível das instalações estão melhor do que estavam há uns anos.

Realçou que devido ao elevado volume processual existente na comissão necessitam de apoio técnico para além o trabalho que é feito dos Comissários. Disse que têm um certo apoio técnico que espera que continuem a ter.

Deu nota que têm uma boa articulação com o Ministério Público; que necessitam do apoio da Comunidade em geral, sendo que têm tido a colaboração dos Bombeiros Voluntários, da "ACI – Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva", bem como do grupo da catequese que organizou uma iniciativa muito bonita em que os meninos se uniram aos



catequistas e aos pais e entregaram à comissão uma grande quantidade de brinquedos para poderem distribuir.

Informou que se vai realizar em abril uma iniciativa a nível nacional que é o mês da prevenção contra os maus-tratos da criança, consubstanciada numa série de atividades em que gostariam que os membros da AM participassem, nomeadamente a caminhada e outras que vão divulgar.

Realçou que o trabalho da comissão não é um trabalho isolado, é um trabalho de grupo, e é com a colaboração de todos que vão ver se conseguem diminuir o volume processual, dado que estão já nesta altura com cerca de 100 processos; no ano passado trabalharam com 148 crianças e nesta altura já vão em cerca de 105 e já estão no final de fevereiro, apesar de alguns processos transitarem de um ano para outro. Reiterou que é um volume muito grande de processos.

Referindo-se à questão do abandono escolar colocada pelo deputado Jorge Quintas (GMMPM), respondeu que acha que aumentou por força da lei, porque agora a escolaridade é obrigatória até ao 12.º ano ou até o aluno ter 18 anos. Referiu que os Agrupamentos de Escolas não têm abandono escolar porque há alunos que fogem ao controlo dos agrupamentos, nomeadamente aqueles alunos que chegam ao 9.º ano e integram cursos de nível 3 de determinadas instituições e alguns deles, não são muitos senão a taxa subiria muito, não cumprem e abandonam antes dos 18 anos. Deu o exemplo do caso de um aluno que está num curso profissional na empresa “Salvador Caetano”, o que significa que acabam por não cumprir o 12.º ano e abandonando por volta dos 17 anos, e como tal isso faz aumentar o abandono escolar; uma vez que os agrupamentos perdem o controlo desses alunos não têm como registar o abandono, mas pode de facto haver algum abandono escola residual no concelho. Referiu que haverá abandono escolar junto das entidades que dão esses cursos de nível 3, que no concelho são duas IPSS, sendo que essas entidades procuram reter ali os alunos ao máximo, mas alguns abandonam.

*Ata  
screada*

**A Vereadora Liliana Vieira** usou da palavra para dizer que a Câmara Municipal tem alguns dados que foram facultados pela “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” no âmbito do projeto de combate esse insucesso escolar.

Referiu que é no terceiro ciclo do ensino secundário onde (não chamaria abandono escolar) há alunos que escolhem outras opções de ensino da vertente profissional, mas no primeiro e segundo ciclo não há abandono escolar.

Informou que haverá em breve um novo programa de combate ao insucesso escolar. Disse que esse programa tem tido bons resultados ao nível da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” e muito satisfatórios ao nível da região Norte e a nível nacional.

Referindo-se aos custos com a “Via Verde”, esclareceu que o aumento registado em dezembro se deveu à utilização da carrinha do Município nas atividades de Natal realizadas na interrupção letiva, e também ao transporte de trabalhadores da Câmara Municipal a junta médica.

A AM tomou conhecimento.

#### **Período de Intervenção do Público**

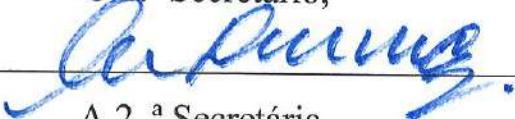
##### **9. Intervenção do Público.**

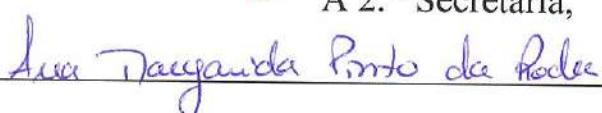
Não houve intervenções.

A sessão foi encerrada às 1:15 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no nº. 3, do artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Mesa,

  
O 1.º Secretário,

  
A 2.ª Secretária,

  
Lia Daeganda Pinto da Ribeira

